

PLANO MUNICIPAL DE AMBIENTE

RELATÓRIO FINAL

ANEXO 13 – MEDIDAS DO PMA VFX

Março 2021

ANEXO 13 – MEDIDAS DO PMA VFX

As 162 medidas propostas para o PMA estruturam-se nos seguintes campos:

- Recursos Hídricos
- Qualidade do ar
- Solo, controlo de erosão, poluição industrial, acidentes naturais e tecnológicos e segurança geotécnica
- Energia e indústria
- Transportes e mobilidade
- Resíduos
- Habitação
- Agricultura, floresta, pescas, biodiversidade e conservação da natureza
- Clima
- Ordenamento do território, planeamento urbano e paisagem, Zona Estuarina, cidades sustentáveis
- Saúde Humana
- SGA e Certificação Ambiental
- Economia Circular
- Compras Públicas Sustentáveis
- Informação, sensibilização e influência
- Controlo e *law-enforcement*

A prioridade das medidas propostas foi avaliada segundo um conjunto de critérios, sendo cada critério atribuído o valor “0” ou “1” no “Tipo”, no “Âmbito” e nos “Setores-chave” e de “1” a “5” na Avaliação Multicritério” conforme o grau de incidência no respetivo critério de acordo com a tabela de interpretação apresentada mais abaixo.

Apresenta-se a seguir a explicação dos critérios utilizados.

Cod	Tipo de medidas	Descrição
IC	Infraestruturas cinzentas	Intervenções físicas ou de engenharia com o objetivo de tornar edifícios e outras infraestruturas melhor preparadas para lidar com eventos (incluindo extremos). Este tipo de opções foca-se no impacto direto das alterações climáticas sobre as infraestruturas (por exemplo, temperatura, inundações, subida do nível médio do mar) e têm normalmente como objetivos o ‘controlo’ da ameaça (por exemplo, diques, barragens) ou a prevenção dos seus efeitos (por exemplo, ao nível da irrigação ou do ar condicionado);
IV	Infraestruturas verdes	Contribuem para o aumento da resiliência dos ecossistemas e para objetivos como o de reverter a perda de biodiversidade, a degradação de ecossistemas e o restabelecimento dos ciclos da água. Utilizam as funções e os serviços dos ecossistemas para alcançar soluções de adaptação mais facilmente implementáveis e de melhor custo-eficácia que as infraestruturas ‘cinzentas’. Podem passar, por exemplo, pela utilização do efeito de arrefecimento gerado por árvores e outras plantas, em áreas densamente habitadas; pela preservação da biodiversidade como forma de melhorar a prevenção contra eventos extremos (por exemplo, tempestades ou fogos florestais), pragas e espécies invasoras; pela gestão integrada de áreas húmidas; e pelo melhoramento da capacidade de infiltração e retenção da água;
NE	Medidas não estruturais	Correspondem ao desenho e implementação de políticas, estratégias e processos. Podem incluir, por exemplo, a integração da adaptação no planeamento territorial e urbano, a disseminação de informação, incentivos económicos à redução de vulnerabilidades e a sensibilização para a adaptação (e contra a má-adaptação). Requerem uma cuidadosa gestão dos sistemas humanos subjacentes e podem incluir, entre outros: instrumentos económicos (como mercados ambientais), investigação e desenvolvimento (por exemplo, no domínio das tecnologias), e a criação de quadros institucionais (regulação e/ou guias) e de estruturas sociais (por exemplo, parcerias) apropriadas.

Figura A13.1 Significado dos critérios para a classificação do tipo de medidas

Código	(Âmbito)
MCA	Melhorar a Capacidade Adaptativa;
DV/AO	Diminuir a Vulnerabilidade e/ou Aproveitar Oportunidades
Código	(Setores-chave)
AFP	Agricultura, Florestas e Pescas;
BIOD	Biodiversidade;
EI	Energia e Indústria;
OTC	Ordenamento do Território e Cidades;
RH	Recursos Hídricos;
SH	Saúde Humana;
SPB	Segurança de Pessoas e Bens;
TUR	Turismo;
ZC	Zonas Costeiras;
outros	SocioEconomia

Figura A13.2 Descrição dos critérios de “âmbito” e “Setores-chave”

	Avaliação Multi-Critério	Cada opção de adaptação identificada foi avaliada numa escala de 1 (baixa) a 5 (alta), relativamente aos seguintes sete critérios:
Critério	Descrição	Ponderação
Eficácia	Potencial da medida para cumprir os objetivos	Cumprir três ou mais OPA (5), Cumprir até dois OPA (4), Cumprir um OPA (3), Cumprir parcialmente um ou mais OPA (2), não chega a cumprir um OPA (1)
Eficiência	Desempenho no uso dos recursos	1 - baixa, reduzido custo-eficiente; 2 - medíocre, pouco custo-eficiente; 3 - mediana; 4 - significativa, custo eficiente; 5 - alta
Equidade	Abrangência de públicos alvo ou geográfica	1 - baixa, beneficiários restritos; 2 - moderada, vários grupos de beneficiários, 3 - mediana, vários grupos de beneficiários bem distribuído; 4 - significativa, grande público; 5 - alta, todos os municípios
Flexibilidade	Facilidade de aplicação em contextos variados ou evolutivos	1 - baixa, restrita a um ou dois casos concretos; 2 - medíocre, pouco flexível, pesada ou limitada na aplicação; 3 - mediana, alguma flexibilidade a vários casos ou zonas concretas; 4 - significativa, aplicável em muitas situações ou zonas diferentes; 5 - alta, facilmente aplicável a múltiplas situações ou zonas diferentes
Legitimidade	Tutela Exclusiva (5) ou inclusiva (1) do município na aplicação da medida face a outras partes interessadas	1 - baixa, apenas por influência; 2 - medíocre, escassa capacidade de regular ou intervir; 3 - mediana, responsabilidade partilhada com terceiros; 4 - significativa, maior responsabilidade é do município; 5 - alta, totalmente dentro das competências e atribuições do município
Urgência	Imediata (5), não urgente (1)	1 - baixa, sem temporalidade associada; 2 - medíocre, longo prazo; 3 - mediana, médio-longo prazo; 4 - significativa, curto-médio prazo; 5 - alta, curto prazo, execução imediata
Sinergias	Relação sinérgica com outras medidas do plano	1 - baixa, sem sinergia; 2 - medíocre, 1 OPA; 3 - mediana, 2 OPA; 4 - significativa, com 3 OPA; 5 - alta, com todos os OPA

Figura A13.3 Descrição da forma de aplicação multicritério das medidas propostas

A avaliação de cada medida pelo sistema de critérios foi afetada pelos ponderadores na tabela a seguir:

	Código do critério	Ponderador	Justificação
Tipo (valores 0,1) (uma opção)	IV	4	Medidas que incidem em IV têm mais hipóteses de gerar sinergias a longo prazo que IC
	IC	3	Medidas de Infraestrutura
	NE	2	Medidas NE têm um âmbito de afetação mais limitado
Âmbito (valores 0,1) (resposta múltipla)	MCA	1	Melhorar a Capacidade Adaptativa;
	DV/AO	1	Diminuir a Vulnerabilidade e/ou Aproveitar Oportunidades
Setores Chave (valores 0,1) (resposta múltipla)	AFP	2	Medidas que afetem a estrutura viva têm mais hipóteses de gerar sinergias e de serem mais eficientes no longo prazo
	BIOD	2	Medidas que afetem a estrutura viva têm mais hipóteses de gerar sinergias e de serem mais eficientes no longo prazo
	EI	1	Medidas que afetem o uso da Energia ou o desenvolvimento da Indústria têm um contributo económico e no bem estar
	OTC	1	Medidas para o Ordenamento do Território e Cidades são um contributo importante para a sustentabilidade
	RH	1	Medidas que afetem os Recursos Hídricos, têm um efeito positivo no suporte de vida e na economia
	SH	2	O valor mais elevado do ponderador reflete a maior importância da Saúde Humana
	SPB	2	O valor mais elevado do ponderador reflete a maior importância da Segurança de Pessoas e Bens
	TUR	1	Medidas para o Turismo têm importância na socioeconomia e cultura
	ZC	1	Medidas para as Zonas Costeiras têm importância em vários âmbitos incluindo na redução de vulnerabilidades climáticas
	Outros	1	Medidas que possam não encontrar enquadramento nos descritores anteriores.
Avaliação Multicritério (AMC) (1-5) (resposta múltipla)	Eficácia	4	O valor mais elevado do ponderador reflete o maior peso dado à eficácia da medida
	Eficiência	5	O valor mais elevado do ponderador reflete o maior peso dado à racionalidade no uso dos recursos na aplicação da medida
	Equidade	3	A Equidade é um valor civilizacional per se e um indicador de justiça social
	Flexibilidade	3	A flexibilidade é uma das medidas da facilidade
	Legitimidade	2	A capacidade de law-enforcement é importante para o sucesso da medida
	Urgência	5	O valor mais elevado do ponderador reflete o maior peso dado à urgência da medida
	Sinergias	5	O valor mais elevado do ponderador reflete o maior peso dado ao potencial de sinergia da medida com os vários OPA

Figura A13.4 Tabela de critérios e valores de ponderação para determinação da prioridade das medidas propostas.

Foi utilizada a seguinte equação de ponderação:

$$\text{Prioridade (j)} = \left[\frac{\sum_{(i,n=3)} (\text{Tipo}_{ij} + p\text{Tipo}_i)}{\sum_{(i,n=3)} p\text{Tipo}_i} + \frac{\sum_{(i,n=2)} (\text{Ambito}_{ij} \times p\text{Ambito}_i)}{\sum_{(i,n=2)} p\text{Ambito}_i} + \frac{\sum_{(i,n=10)} (\text{Setores}_{ij} \times p\text{Setores}_i)}{\sum_{(i,n=10)} p\text{Setores}_i} + \frac{\sum_{(i,n=7)} (\text{AMC}_{ij} \times p\text{AMC}_i)}{\sum_{(i,n=7)} p\text{AMC}_i} \right] \times 5/7,5$$

Cada medida foi assim avaliada em termos de prioridade num valor entre “0” (sem prioridade) e “5” (máxima prioridade).

Para cada medida foram estabelecidos indicadores de progresso/execução e metas nos horizontes temporais até 2022, 2023-2025 e 2026-2030. Quando não foi possível estabelecer indicadores ou metas devido à necessidade de desenvolvimentos posteriores tal foi devidamente assinalado.

Foi entendido que, nesta fase, a definição e alimentação de indicadores de Pressão, Estado, Resposta exigiriam um trabalho muito intensivo de recolha de dados ambiente e do sistema, bastante oneroso e que não se justifica no momento. O que não exclui a necessidade de, futuramente, criar e utilizar um sistema de indicadores desse tipo, bem como os procedimentos e meios para recolha de dados, para avaliar o impacte e medidas corretivas ao PMA e efetuar a sua revisão.

A tabela de medidas do PMA inclui também a informação sobre a sua situação de execução, pois algumas das medidas entre a proposta e aprovação podem já ter sido feitas, encontrarem-se em Curso ou ainda Pendentes.

Cod	PMA VFX Objetivos/Medidas específicas a propor / Ponderador	Obj P.A.			Prioridade	Resposta a necessidades/ vulnerabilidades / oportunidades (A-F#.##)	Status VFX Feito / em Curso / Pendente	Período de aplicação - Metas temporais			Indicador Progresso/ execução	Responsa bilidade
		1º Obj# PA	2º Obj# PA	3º Obj# PA				2022	2023 - 2025	2026 - 2030		

Figura A13.5 Ilustração dos principais campos da tabela de medidas propostas para o Plano Municipal de Ambiente

A seguir apresentam-se as 160 medidas que foram avaliadas para o PMA (figura A13.6).

ANEXO 13 – MEDIDAS DO PMA VFX

Cod	PMA VFX Objetivos/Medidas específicas a propor / Ponderador	Obj P.A.			Prioridade	Resposta a necessidade s/ vulnerabilidades / oportunidades (A-F#.##)	Status VFX	Período de aplicação - Metas temporais			Indicador Progresso/ execução	Responsabilidade
		1º Obj # PA	2º Obj # PA	3º Obj # PA				2022	2023 -2025	2026 - 2030		
RH0	Recursos Hídricos											
RH1	Substituição / adaptação de equipamentos consumidores de água por outros mais eficientes do ponto de vista hídrico (torneiras, sistemas de rega, sistemas de lavagem...) em edifícios de gestão municipal (serviços, piscinas, estabelecimentos escolares) a) metas definidas em função da quantidade existente no período anterior	O2	O1		3,18	FC.E.9 FC.E.13	C	5%; 5%;a)	10%;5%; a)	15%; 5%;a)	% dos equipamentos beneficiados ou substituídos; Economia no consumo de água	DOVI/ DMEM
RH2	Promoção e Manutenção de sistemas de rega de espaços verdes, eficientes do ponto de vista hídrico	O2	O1		3,57	FC.E.13	C	5%	10%	10%	% redução do consumo de água por m2 de zona de rega	DAGEP/DOVI/EMRU
RH3	Aproveitamento de água da chuva captada em telhados e terraços de edifícios públicos para rega de espaços arborizados/florestados e lavagens de espaços exteriores/canalização e cisternas de rega (c/rejeição das primeiras chuvas)	O2	O1		2,93	FC.E.9 FC.E.13 FC.E.14 FC.E.16	P	2%, aplicação nas piscinas municipais de VFX e PSI	5%, aplicação em outros edifícios municipais	7%	% substituição em relação à água de consumo	SMAS/DOVI
RH4	Aproveitamento de águas residuais para lavagem e rega de espaços verdes florestados	O2	O1		3,33	FC.E.9 FC.E.13 FC.E.14 FC.E.16	P	2%	5%	5%	% substituição em relação à água de consumo	DAGEP/SMAS/DOVI

RH5	Reforço da monitorização e manutenção preventiva, reparação de roturas/substituição preventiva de troços de condutas de abastecimento e saneamento	O2	O1	3,21	FC.E.9 FC.E.13 FC.E.14 FC.E.16	C	2%	10%	15%	%m/ano de tubagem inspecionados/ reparados	SMAS
RH6	Implementação de um programa de gestão de perdas de água e energia	O2	O1	3,28	FC.E.9 FC.E.13 FC.E.16	P		X		Instalação e operação do programa	SMAS
RH7	Manter alternativas ao fornecimento de água potável, captações, proteção de origens de água e reservatórios: Caminho Ribeirinho Alhandra-VFX, P.U. Flamengo, Jardim Municipal Constatino Palha, P.U. PSI, QM Piedade, Jardim-Parque Alverca	O2	O4	3,86	FC.A.13 FC.A.16 FC.E.5 FC.E.13 FC.E.14 FC.E.16 FNC.4.6	C	1h	2h	4h	Número de horas de abastecimento asseguradas	SMAS
RH8	Promover sistemas de bacias de retenção de água e bacias de infiltração com obras suaves de engenharia natural, nas zonas interiores (áreas rurais/habitação dispersa)	O2	O4	3,04	FC.A.1 FC.A.8 FC.A.9 FC.E.14	P	10 ⁴	2X10 ⁴	4X10 ⁴	m2 de bacia de retenção / infiltração instalados	DPGU/SMPC
RH9	Promover, junto das tutelas, a recuperação ambiental e do sistema hidráulico de drenagem dos mouchões e das lezírias do Tejo	O4	O2	3,47	FC.A.1 FC.A.8 FC.A.9	C		X	X	Recuperação ambiental e do sistema hidráulico dos mouchões ao estado pré-acidente abril 2016	DPGU
RH10	Promover a instalação de Reservas Naturais Locais (RNL) no Concelho	O2	O4	3,74	FC.A.1 FC.B.7 FC.C.1 FC.E.8 FC.E.12 FNC.3.5 FNC.4.10 FNC.3.4	P	X	X	X	Criação e instalação de RNL	DPGU/DFM

RH11	Reforço das infraestruturas e corredores verdes e renaturalização das ribeiras e esteiros, renaturalização de troços de ribeira urbanas, nomeadamente, com intervenções de engenharia natural e em complemento ao RMHLP - Regulamento Municipal de Higiene e Limpeza Pública	O2	O1	O4	4,79	FC.A.1 FC.A.3 FC.A.4 FC.A.6 FC.A.7 FC.A.8 FC.A.9 FC.A.10 FC.A.11 FC.A.13 FC.A.15 FC.A.16 FC.E.1 FC.E.6 FC.E.8 FC.E.12 FC.E.14 FC.E.15 FNC.3.4 FNC.3.5 FNC.6.3	P	10 ³	3X10 ³	4X10 ³	m linear de intervenções de renaturalização	DAGEP/DPGU/DOVI
RH12	Eliminação da poluição nas linhas de água, recolha e limpeza de lixo nas ribeiras e esteiros em complemento do Regulamento Municipal de Higiene e Limpeza Pública do Município de Vila Franca de Xira	O2	O1	O4	3,70	FC.A.1 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7	C	2X10 ⁴	3X10 ⁴	totalidade das massas de água	Critério cumulativo: m lineares limpos sem resíduos sólidos visíveis; estado químico das massas de água bom segundo DQA	DAGEP/DOVI
RH13	Desenvolver e implementar um sistema de monitorização colectiva dos focos de poluição de efluentes industriais e domésticos, designadamente os que estejam associados a ocupação dispersa e exteriores aos sistemas formais de saneamento	O2	O1	O4	3,46	FC.A.1 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7	P		X	X	Sistema centralizado de monitorização	SMAS/DAGEP

RH14	Fiscalizar e penalizar fortemente a deposição de resíduos nas linhas de água e estuário do Tejo	O4	O1		2,94	FC.A.1 FC.A.3 FC.A.4 FNC.6.4	P	20%	30%	50%	Nº de contraordenações/ nº infrações detetadas (%)	DPGU/DAGEP
RH15	Desenvolver e implementar um sistema de alerta e de aviso de cheias, no Rio Tejo e afluentes, em articulação com os Municípios confinantes sujeitos ao mesmo tipo de risco	O4	O1	O2	3,19	FC.A.1 FC.A.2 FC.A.3 FC.A.4 FC.A.6 FC.A.7 FC.A.8 FC.A.9 FC.A.10 FC.A.12 FC.A.13 FC.A.14 FC.A.15 FC.A.16 FC.B.1 FC.B.2 FC.B.3 FC.B.4 FC.B.5 FC.B.6 FC.B.7 FC.B.8 FC.B.9 FC.B.10 FNC.3.2 FNC.3.4 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	C	Protocolo com Municípios homólogos	Sistema piloto	Sistema funcional	Implementação do Sistema de Alerta	SMPC
RH16	Monitorização das linhas de água regularizadas e intervenções pontuais de limpeza das margens e leito do excesso de vegetação e resíduos	O1	O2		3,43	FC.A.2 FC.A.4 FNC.1.2 FNC.3.5 FNC.6.4	C	20%	30%	50%	%km de linhas de água regularizadas com algum tipo de intervenção por ano: inspeção, limpeza, regularização	SMPC/DOVI

RH17	Fazer acompanhar os projetos de regularização de rios e ribeiras de estudos de incidência ambiental	O1	O2	O4	3,34	FC.A.1 FC.A.2 FC.A.3 FC.A.4 FC.A.6 FC.A.9 FC.A.10 FC.A.11 FC.A.12 FC.A.13 FC.A.14 FC.A.15 FC.A.16 FNC.1.5 FNC.3.4 FNC.3.5 FNC.3.11 FNC.4.8 FNC.4.10 FNC.5.3 FNC.6.3 FNC.6.8	C	Alterações nos regulamentos municipais	Aplicação e monitorização	Aplicação e revisão	% Projetos de regularização com estudos de Incidência Ambiental	DOVI/DASEP
RH18	Manter um nível elevado de vigilância da qualidade ambiental das águas do estuário do Tejo, especialmente no respeitanto a impactes de e sobre atividades náuticas, lazer, recreio, navegação ou melhoria de navegabilidade, construção e manutenção de infraestruturas portuárias	O1	O2	O4	2,59	FNC.2.6 FNC.3.2 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7	P	Bom	Bom	Muito Bom	Indice de qualidade química e biológica das massas de água superficiais	Tutela

RH19	Apoiar a expansão de indústrias de biotecnologia à base de microalgas marinhas em complemento à recuperação dos planos de água das antigas salinas de Verdelha-Forte da Casa e/ou da recuperação do mouchão da Póvoa através de sistemas de facilitação (pré-licenciamento, redução da carga burocrática, diferimento ou isenção temporária/parcial da aplicação de taxas municipais, derrama e IMI e IMT)	O4	O2	O1	3,90	FC.B.1 FNC.3.7	C	5%	10%	15%	Variação= ((Área novas explorações- área atual de explorações) / área atual de explorações)*100	DPGU / GIEI
RH20	Implementação de sistemas separativos de águas pluviais e residuais - continuação dos processos em cursos e para todas as novas urbanizações e instalações industriais	O2	O1		3,91	FC.A.5	C	90%	95%	100%	% cobertura da rede de drenagem existente ou da nova com redes separativas pluviais/ domésticas	SMAS
RH21	Instalação, aproveitando os troços canalizados de rios e ribeiras urbanos, especialmente os que se manifestaram críticos no passado com eventos de inundação rápida, de caudalímetros com sensores para deteção precoce de caudais ou altura de água perigosos com potencial de provocar cheias e inundações rápidas e aviso automático em central dedicada	O2	O1	O3	4,00	FC.A.1 FC.A.2 FC.A.5 FC.A.3 FC.A.4 FC.A.6 FC.A.7 FC.A.8 FC.A.10 FC.A.11 FC.A.15 FC.A.16	P	50%	70%	100%	% rios e ribeiras críticos	DOVI/SMAS

RH22	Instalação de bebedouros públicos modernos, acessíveis, passíveis de utilização por pessoas com mobilidade reduzida, animais de estimação e para enchimento de garrafas, com capacidade também para funcionarem como suportes de informação e sensibilização do público	O2	O4		3,53	FC.E.5 FC.E.15 FNC.1.10	P	10	15	30	Nº de novos bebedouros instalados	DAGEP/SMAS
RH23	Deteção e correção de anomalias na ligação de redes prediais	O2	O4		2,75	FNC.6.5	C	1%	3%	5%	% ligações de redes prediais inspecionadas e/ou corrigidas	SMAS
RH24	Reforço da fiscalização para as ligações ilegais de esgotos às linhas de água	O2	O4		2,97	FNC.6.5	P	2X10^4	3X10^4	totalidade das massas de água	m linear de linhas de água inspecionadas	SMAS
RH25	Substituição progressiva de fossas sépticas por ligação à rede municipal de esgotos	O2	O4		3,38	FNC.6.5 FNC.6.6	C	50%	75%	100%	% fossas sépticas eliminadas / fossas sépticas existentes	SMAS
RH26	Criar comissões de acompanhamento ambiental dos recursos hídricos no Concelho integrando as principais partes interessadas (ONGA, Associac. Regantes, Comp. Lezírias, APA - Agência Portuguesa do Ambiente, propriet. agrícolas...) , à semelhança da CAA CPA CIMPOR - Comissão de Acompanhamento Ambiental do Centro de Produção de Alhandra da CIMPOR	O4	O3	O2	4,30	FC.A.2 FC.A.4 FC.A.6 FC.A.7 FC.A.8 FC.A.9 FC.A.11 FC.B.1 FC.B.3 FC.B.7 FC.B.8 FC.C.1 FC.C.3 FC.C.7 FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.9 FC.E.11 FC.E.12 FC.E.14	P		X	X	Nova comissão e seu funcionamento	DAGEP/SMAS

						FNC.1.7 FNC.3.1 FNC.3.2 FNC.3.5 FNC.3.7 FNC.4.10 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.1 FNC.6.2 FNC.6.3 FNC.6.6 FNC.6.7						
RH27	Promover ações de informação e sensibilização sobre os recursos hídricos do Concelho	O4	O2	O3	3,83	FC.A.15 FC.A.16 FNC.1.10 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.7	P	30	40	40	Nº de ações de sensibilização por ano	DAGEP/SMAS
QA0	Qualidade do ar											
QA1	Protocolo com outras entidades, incluindo autoridades, serviços de proteção civil, grandes indústrias para alargamento da rede de monitorização da qualidade do ar e implementação de sistemas de alerta precoce de acidentes industriais, incluindo nos placares de informação municipal e por SMS a redes de contactos (autorizados segundo o RGPD - Regulamento Geral de Proteção de Dados)	O4	O3		3,55	FNC.6.5	P	X	3	5/ sistema de alerta operacional	Celebração do protocolo, Número de novos equipamentos instalados; implementação dos sistema de alerta; nº de contactos SMS da rede de alerta	CCDR/SMPC/ DAGEP

QA2	Estudos de monitorização da qualidade do ar e identificação de origem de poluentes	O1	O2	O4	3,70	FNC.6.5	C	X		X	Realização dos estudos de monitorização	DAGEP
SG0	Solo, controlo de erosão, poluição industrial, acidentes naturais e tecnológicos e segurança geotécnica											
SG1	Estudos de avaliação da situação de solos contaminados e potencialmente contaminados no Concelho, avaliação dos passivos ambientais do Concelho e dos respetivos custos de remediação	O4	O1	O2	3,60	FNC.3.3 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.5.5	P	X		X	Estudos de avaliação executado	DAGEP / SMPC
SG2	Envolvimento das empresas responsáveis pela contaminação de solos no Concelho pela sua remediação, quando possível	O4	O1	O2	3,45	FNC.3.3 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.5.4 FNC.5.6	P				m2 de solo contaminado em processo de remediação	DAGEP / SMPC
SG3	Estabelecimento de faixas non aedificandi na envolvente das estradas municipais, funcionando como áreas de infiltração, corredores ecológicos e proteção contra riscos geológicos sobre a rede viária	O2	O4	O1	4,28	FC.A.2 FC.A.3 FC.A.10 FC.A.9 FC.A.11 FC.B.2 FC.C.1 FC.C.7 FC.C.8 FC.E.6 FC.E.7 FC.E.12 FC.E.14 FNC.3.5 FNC.4.8 FNC.4.9 FNC.5.2 FNC.5.3	P		X	X	Inclusão na revisão do PDM VFX	DPGU/DPGU

SG4	Criar sistema autónomo de comunicações de emergência em resposta a acidentes naturais ou tecnológicos	O4	O3	O1	4,02	FC.A.1 FC.A.2 FC.A.3 FC.A.4 FC.B.1 FC.B.2 FC.B.3 FC.C.1 FC.C.2 FC.C.3 FC.E.1 FC.E.3 FC.E.5 FC.E.6 FC.F.3 FNC.1.1 FNC.1.7 FNC.3.1 FNC.4.6 FNC.4.10 FNC.1.5	P	Estudos preliminares, levantamento de necessidades, caderno de encargos e início do processo concursal	Processo concursal e implementação	Sistema funcional	Sistema funcional	SMPC
SG5	Desenvolver um programa de simulações e resposta a situações de risco mais provável em grupos da população residente, com a coordenação da proteção civil e das autoridades, precedida de campanhas de informação e sensibilização sobre os riscos naturais e tecnológicos que cada comunidade estará mais vulnerável e quais as respostas mais adequadas	O4	O2	O3	4,35	FC.A.2 FC.A.3 FC.A.4 FC.A.5 FC.B.2 FC.B.3 FC.B.5 FC.C.2 FC.C.3 FC.C.4 FC.E.3 FC.E.4 FC.E.6 FC.E.7 FNC.1.2 FNC.1.10 FNC.3.2 FNC.4.8FNC.5 FNC.1.7	P	10	15	20	Número anual de ações de simulação com grupos-alvo específicos da população	SMPC
SG6	Monitorizar a recuperação ambiental e funcional dos mouchões e das lezírias do Tejo	O4	O2	O3	4,06	FC.B.1 FC.B.7 FC.C.1 FNC.3.7 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7	P	>1	>2	>3	número de Ações de seguimento ou interações com entidades com tutela	DAGEP
EIO	Energia e indústria											

EI1	Salvaguardar no âmbito da 2ª Revisão do PDM a viabilidade de aproveitamento dos recursos endógenos de energia renovável.				3,30	FC.E.1 FC.E.3 FC.E.4 FC.E.10 FC.F.1 FC.F.2 FNC.3.1 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.4.4 FNC.5.3 FNC.6.5	P	Estudo de viabilidade	Estudo de viabilidade		Estudos	
EI2	Colaboração com agências municipais e multimunicipais de energia e ambiente na definição de políticas, estratégias e medidas para o binómio energia-clima	O4	O2	O3	3,22	FC.E.1 FC.E.3 FC.E.4 FC.E.10 FC.F.1 FC.F.2 FNC.3.1 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.4.4 FNC.5.3 FNC.6.5	P	X	X	X	Estabelecimento de protocolos de cooperação	DPGU/DAGEP
EI3	Plano Racionalização de Energia: Substituir equipamentos elétricos por outros mais eficientes	O2	O3	O1	3,71	FNC.4.13 FNC.2.4	P	5	7	10	% (equipamentos substituídos/equipamentos com mais de 3 anos)	DOVI
EI4	Plano Racionalização de Energia: Substituir iluminação interior por outra mais eficiente	O2	O3	O1	3,78	FNC.4.13 FNC.2.4	P	10	30	60	% (equipamentos substituídos / equipamentos iluminação convencionais existentes)	DOVI
EI5	Plano Racionalização de Energia: Substituir I.P. - Iluminação Pública por outra mais eficiente	O4	O3	O2	3,66	FC.A.12 FC.B.4 FC.C.9 FC.D.2 FNC.4.13	P	10	20	50	% (luminárias substituídos / luminárias convencionais existentes)	DOVI

EI6	Plano Racionalização de Energia: Instalar sistemas de gestão de I.P. e sensores visando a economia de energia	O4	O3	O2	3,54	FNC.2.3	P	10	20	50	% luminárias geridas com sistemas de gestão de energia	DOVI / EMRU
EI7	Manutenção preventiva e reativa: manutenção de piquete de manutenção e limpeza dos sistemas de iluminação interior dos espaços de trabalho, mantendo a boa qualidade de ambiente luminoso e a boa eficiência das luminárias, livres de poeiras e sujidade; manutenção do contrato manutenção preventiva (outsourcing)	O2	O1		3,38	FNC.4.11	P	20	100	100	% luminárias geridas com sistemas de gestão de energia	DOVI
EI8	Instalar recuperadores de calor nas piscinas municipais para a água quente sanitária (ORC, bombas de calor e outros sistemas)	O2	O1		3,55	FNC.2.4 FNC.4.12	P	5%	10%	15%	%Redução do consumo de energia face ao Business As Usual	DMEM
EI9	Colaborar com cidades geminadas visando o cumprimento da meta b)do ODS 7 "Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa"	O4	O1	O2	2,57	FNC.1.6	P		X	X	Protocolos de colaboração com a medida aplicada	PCM

EI10	Reabilitação energética da envolvente opaca e da fenestração dos edifícios municipais em obras que ultrapassem mais de 25% do valor patrimonial dos imóveis	O2	O1	O3	3,97	FC.E.10 FC.E.15 FC.F.2 FC.F.3 FNC.1.1 FNC.1.5 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.5.1 FNC.5.2	P		100	100	% edifícios ou espaços municipais com grandes obras de reabilitação cobertos	DEI EMRU
EI11	Nas novas urbanizações e em intervenções nos espaços consolidados, nomeadamente no espaço publico, devem ser promovidas medidas de proteção da população à exposição solar excessiva.	O4	O1	O2	4,18	FC.E.1 FC.E.5 FC.E.2 FC.E.10 FC.E.10 FC.E.15 FC.F.3	P		X	X	Alteração de regulamentos municipais	DAGEP/DPGU
EI12	Substituição progressiva de veículos a combustíveis fósseis por outros com motorização mais eficiente inclusive por veículos híbridos e elétricos na frota municipal	O2	O1	O4	4,36	FC.E.1 FC.E.3 FC.E.5 FC.E.15 FNC.2.4 FNC.4.4	P	5%	40%	100%	% veículos substituídos	DOVI
EI13	Conceção e implementação de um plano de monitorização de operações com substâncias perigosas e produção accidental de emissões e efluentes contaminados com substâncias perigosas ou agentes biológicos perigosos susceptíveis de afetar a população ou o ecossistema, em coordenação com as empresas de indústria química, farmacêutica e similares do Concelho	O4	O3		3,74	FC.A.3 FC.A.4 FC.A.6 FC.A.12 FC.B.3 FC.B.2 FC.B.4 FC.C.2 FC.C.3 FC.C.4 FC.C.9 FC.E.3 FNC.1.5 FNC.3.6 FNC.3.9 FNC.4.5 FNC.4.6 FNC.5.3 FNC.6.5 FNC.6.5 FNC.6.6	P	Estudos preliminares , levantament o de necessidades, caderno de encargos e início do processo concursal	Processo concursal e implementação	Sistema funcional; criação da comissão de acompanhamento	Sistema funcional; reuniões regulares da comissão de acompanhamento; relatórios anuais da comissão de acompanhamento	DOVI/SMAS/SMPC/DAGEP

					FNC.6.7						
EI14	Estabelecer critérios de segurança para a implantação de novas atividades nas zonas industriais a reconverter, sempre que estas atividades ocorram na envolvente de estabelecimentos abrangidos pelo DL 150/2015, de 5 de agosto, na sua redação atual, que transpõe para o direito interno a Diretiva 2012/18/UE e estabelece o regime de prevenção e controlo de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e limitação das suas consequências para a saúde humana e o ambiente	O4	O3	3,74	FC.A.3 FC.A.4 FC.A.6 FC.A.12 FC.B.3 FC.B.2 FC.B.4 FC.C.2 FC.C.3 FC.C.4 FC.C.9 FC.E.3 FNC.1.5 FNC.3.6 FNC.3.9 FNC.4.5 FNC.4.6 FNC.5.3 FNC.6.5 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7	P		X	X	inclusão no PDM VFX de zonas de controlo especial em torno das unidades abrangidas pelo DL 150/2015 na redação atual	DOVI/SMPC

EI15	Levantamento regular de necessidades de formação (3 em 3 anos) para as atividades económicas no Concelho, com uma forte componente de ambiente e desenvolvimento sustentável e atuação concertada com Ministério da Economia, ANQEP, IEFP e ACIS - Associação Empresarial dos Concelhos de Vila Franca de Xira e Arruda dos Vinhos, no sentido de desenhar cursos e proporcionar a formação profissional adequada em cada período	O4	O2	O3	3,64	FNC.1.11 FNC.2.1 FNC.2.2	P		1	2	Ações de levantamento de necessidades de formação	GIEI AM Emp
TM0	Transportes e mobilidade											
TM1	Fomentar uma gestão integrada à escala da AML-Área Metropolitana de Lisboa, quer para o modo rodoviário quer para o modo ferroviário	O4	O1		3,50	FNC.1.1 FNC.2.4 FNC.3.9 FNC.4.4 FC.E.3 FNC.5.1 FNC.5.3 FNC.5.6	C					PCM/DPGU
TM2	Instalação de postos públicos de carregamento de viaturas elétricas em todas as cidades do Concelho, em particular nos parques de estacionamento junto a terminais intermodais, centralidades urbanas e zonas de lazer	O2	O4		4,34	FNC.1.1 FNC.2.4 FNC.4.4 FNC.4.14	P	5	20	40	Nº de postos públicos de carregamento instalados	EMRU/DEI

TM3	Promover a intermodalidade e as plataformas intermodais em particular com ligação ao modo ferroviário, promover o reforço da capacidade de terminais rodoferroviários e associá-los a estacionamento automóvel, onde as tarifas de estacionamento podem ser reduzidas através de esquemas de "Park-n-Ride"	O4	O2	3,59	FC.E.1 FC.E.3 FNC.1.1 FNC.2.4 FNC.4.4	P	Reforço dos atuais em 10%	Reforço dos atuais em 20%	Reforço dos atuais em 40%	Nº de parques multimodais instalados; nº de lugares de estacionamento por tipo de lugar (curta / média duração) por tipo de veículo em parques multimodais	PCM AM EMRU
TM4	Negociação com a REFER e CP para a reabertura/requalificação do apeadeiro ferroviário da Quinta das Torres, associado ao processo de requalificação urbana do espaço da antiga Escola da Marinha de VFX e instalação de um terminal multimodal de elevada capacidade	O4	O2	3,39	FC.E.1 FC.E.3 FNC.1.1 FNC.2.4 FNC.4.4	P		X	X	Reentrada em funcionamento do apeadeiro; nº de lugares de estacionamento por tipo de lugar (curta / média duração) por tipo de veículo no parque multimodal	PCM AM EMRU
TM5	Aumentar a oferta de estacionamento para veículos ligeiros e pesados, com particular enfoque na dissuasão do trânsito rodoviário dentro das cidades.	O2		3,20	FNC.3.10 FNC.3.12 FNC.3.13	C	50	150	300	nº de novos lugares de estacionamento dissuasor à entrada das localidades	EMRU

TM6	Incentivar modos suaves de mobilidade nas deslocções de curta duração, através de instalação de ciclovias urbanas e dando seguimento à Estratégia Nacional para a Mobilidade Ciclável 2020-2030	O2	O4		4,06	FC.E.3 FNC.1.1 FNC.2.4 FNC.4.4 FNC.5.1 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.3.13 FNC.1.9	P	20	30	40	% transferência modal do TI para modos suaves mobilidade em curta distância	EMRU/DEI/DPGU/D AGEP
TM7	Desenvolver um plano de gestão de tráfego orientado para a mobilidade sustentável do Concelho, considerando, por exemplo, a introdução de taxas de circulação a veículos pesados nas rodovias mais críticas do ponto de vista da qualidade do ar e do ruído	O2	O4	O1	4,36	FC.E.3 FNC.4.4 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.3.13 FNC.3.12 FNC.3.9 FNC.3.10 FNC.3.11	P		X	X	Criação do plano municipal de gestão de tráfego	DPGU
TM8	Reforçar a instalação de bandas sonoras, lombas redutoras de velocidade, passadeiras elevadas em todas as localidades do Concelho, como medidas de "traffic calming", redução de velocidade pontual na circulação viária e reforço da segurança dos peões	O2	O4	O1	4,38	FNC.3.9 FNC.3.10 FNC.3.12	P	5%	10%	15%	% de vias urbanas com instalação destes dispositivos	DEI EMRU
TM9	Reforçar a instalação de semáforos de controlo de velocidade e de proteção do atravessamento por peões	O2	O4	O1	4,43	FNC.3.9 FNC.3.10 FNC.3.12	P	5%	7%	10%	% de vias urbanas com instalação destes dispositivos	EMRU / DOVI

TM10	Aumentar o número de vias pedonais no interior das localidades, em particular nos núcleos históricos. Incluir essa medida nos novos planos de pormenor ou urbanização	O2	O4	O1	4,41	FC.E.1 FC.E.3 FNC.1.1 FNC.2.4 FNC.3.9 FNC.3.10 FNC.3.12 FNC.5.3 FNC.5.6 FNC.3.13 FNC.1.9	P	5%	7%	10%	% de vias urbanas pedonalizadas; m de vias pedonais em novas urbanizações	DOVI/DPGU/ EMRU
TM11	Monitorizar o aumento do tráfego rodoviário decorrente da expansão do sector logístico, e seus efeitos ao nível do ruído e qualidade do ar	O2	O1	O4	3,75	FC.E.1 FC.E.3 FNC.1.1 FNC.2.4 FNC.3.9 FNC.3.10 FNC.3.12 FNC.5.3 FNC.5.6 FNC.3.13		X	X	X	Sistema de monitorização em funcionamento	DPGU/SMAS
RU0	Resíduos											
RU1	Realização de três campanhas de sensibilização anuais junto da população em geral, complementadas pelas ações do PREDAMB - Projeto de Educação Ambiental, desenvolvidas neste âmbito, junto da comunidade escolar.	O2	O1	O3	3,41	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7	c	6	15	15	Nº de campanhas anuais	DHPAC

RU2	Implementação de um centro de transferência com vista à receção e triagem de madeiras, RCD - Resíduos de Construção e Demolição, REEE - Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos, resíduos verdes e pneus provenientes de pequenos produtores.	O2	O1	O3	3,36	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.2.2	P	X			Implementação do centro de transferência	DHPAC
RU3	Realização de um procedimento anual para prestação de serviços de receção e tratamento de RCD, com vista ao correto encaminhamento deste tipo de resíduos, permitindo uma redução de 10 % de deposição em aterro.	O2	O1	O3	3,72	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.2.2	P	2	5	5	Nº de procedimentos realizados	DHPAC
RU4	Melhoria e reajuste dos equipamentos adstritos à rede concelhia de recolha de óleos alimentares usados (OAU), incluindo estabelecimentos escolares	O2	O4	O1	3,85	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.2.2	P	1; 24K€	1; 24K€	1; 24K€	Novos equipamento; valor do investimento	DHPAC

RU5	Desenvolvimento de um projeto-piloto para promoção de compostagem doméstica, privilegiando as moradias unifamiliares dotadas de terreno, através da distribuição de um kit de compostagem (compostores, mini-baldes de bancada para separação de restos de comida, manual de informações básicas sobre compostagem).	O2	O1	O4	4,06	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.2.2	P	100	200	300	Nº de kits de compostagem instalados	DHPAC
RU6	Implementação de sistemas de georreferenciação, gestão de frota e a introdução de sensores de medição da volumetria dos RU-Resíduos Urbanos depositados.	O2	O1	O3	4,09	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7	P	80	95	100	% de equipamentos cobertos	DHPAC
RU7	Renovação de equipamentos para deposição de resíduos seletivos, preferencialmente através da instalação de equipamentos enterrados, com vista a assegurar uma maior capacidade instalada de deposição face aos alojamentos existentes, salvaguardando questões de higiene e saúde, exposição solar e enquadramento paisagístico destes equipamentos na malha urbana.	O2	O4	O1	4,04	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.2.2	P	2 M€	2 M€	2 M€	Valor de investimento, nº de equipamentos renovados com maior capacidade	DHPAC

RU8	Plano de renovação da frota de recolha de RU - Resíduos Urbanos	O2	O1	O3	4,28	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.2.2	P	Metas do PAPERSU 2020	Metas do PAPERSU 20XX	Metas do PAPERSU 20XX	Nº de viaturas substituídas; valor de investimento	DAGEP
RU9	Levantamento dos locais de deposição de resíduos potencialmente perigosos e análise de soluções para a sua remoção	O2	O1		3,12	FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7	C	Levantamento	Remoção	Remoção	nº de ocorrência detetadas; nº de remoções efetuadas	DPGU
PS0	Ambiente sonoro, ruído e poluição sonora											

PS1	Implementação das medidas preconizadas no Plano Municipal para a Redução de Ruído no Concelho, nomeadamente, limitação à circulação de pesados, limitação de tráfego rodoviário nas vias municipais, alteração para pavimentos menos ruidosos, colocação de barreiras acústicas ao longo das vias.	O2	O1	O4	3,43	FNC.3.13	P	Cobertura com medidas de redução de ruído e limitação de excedências em mais de 5 dB(A) em 50% das zonas sensíveis e 25% das zonas mistas	Cobertura com medidas de redução de ruído e limitação de excedências em mais de 5 dB(A) em 100% das zonas sensíveis e 55% das zonas mistas	Cobertura com medidas de redução de ruído e limitação de excedências em mais de 5 dB(A) em 100% das zonas sensíveis e 75% das zonas mistas	% Cobertura com medidas de redução de ruído e limitação de excedências em mais de 5 dB(A) em zonas sensíveis e zonas mistas	PCM
PS2	Reforço da fiscalização no combate ao ruído nas zonas sensíveis, especialmente ao ruído noturno, de estabelecimentos e equipamentos	O2	O1	O3	3,58	FNC.3.13	P	5; -5%	10, -10%	20; -20%	Número de ações de fiscalização; nº de queixas relativas a ruído de estabelecimentos e equipamentos	SMAS / DAMAI / POL

PS3	Intervenções de reforço de isolamento sonoro em edifícios de primeira linha nas zonas sensíveis e mistas, após todas as outras intervenções de redução de ruído	O4	O1	O3	3,14	FNC.4.2			25%	50%	% Cobertura com medidas de redução de ruído e limitação de excedências em mais de 5 dB(A) em zonas sensíveis e zonas mistas	DPGU
HA0	Habitação											
AF0	Agricultura, floresta, pescas, biodiversidade e conservação da natureza											
AF1	Criação de um banco de recursos genéticos e de sementes da região, integrando os agricultores locais, a Companhia das Lezírias, a Academia e outras partes interessadas, para a salvaguarda de espécies de cultivo, troca de sementes, recuperação de estratos arbóreos, arbustivos e substratos, para efeitos de manutenção da biodiversidade genética das culturas e em caso de recuperação de grandes incêndios ou eventos climáticos extremos	O4	O2	O1	4,35	FC.A.8 FC.B.7 FC.B.8 FC.C.7 FC.E.11 FC.E.12 FC.F.3 FNC.2.7 FNC.6.3 FNC.6.7	P	Lançamento do projeto, protocolo entre as partes interessadas	Instalação e início da recolha e do mercado de troca	Continuação da operação, eXpansão a Concelhos vizinhos	Banco de sementes funcional	Partes interessadas
AF2	Monitorizar a eficácia das medidas agroambientais em curso, nomeadamente na Lezíria, ao nível da contaminação do solo e águas subterrâneas	O4	O2	O1	3,45	FNC.6.1 FNC.6.2 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7	P		X	X	Estudos de contaminação de origem agropecuária	CCDR LVT, GPP (Agricultura)

AF3	Fiscalização municipal e atuação preventiva/coerciva no cumprimento das faixas de gestão de fogo, em particular junto aos perímetros urbanos	O2	O1		4,40	FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.12 FNC.1.2 FNC.3.14 FNC.4.5 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P	X	X	X	Ações de fiscalização nos espaços florestais do Concelho	SMPC/DAGEP
AF4	Criação de faixas de gestão de combustíveis florestais junto às áreas de interface- urbanas / Rústico /Florestais	O2	O1		4,32	FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.12 FNC.1.2 FNC.3.14 FNC.4.5 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	C	30%	70%	100%	% interface com medida aplicada	SMPC/DAGEP
AF5	Ações de Vigilância e 1.ª intervenção a incêndios florestais adequadas à situação de risco de incêndio no período e Criação de faixas de gestão de combustíveis florestais junto às áreas de interface- urbanas / Rústico /Florestais	O2	O3	O1	4,75	FC.E.6 FC.E.7	P	X	X	X	Nº ações de vigilância, a definir pelo serviço competente conforme a situação de risco	SMPC
AF6	Monda química sem glifosatos na manutenção de espaços exteriores, até surgimento de métodos alternativos viáveis a) a quantificar após estudos de levantamento e a partir da 1ª revisão do PMAVFX	O2	O1		3,88	FNC.5.1 FNC.5.3 FNC.6.5 FNC.6.7 FNC.6.6 FNC.6.1	C	X	X	X	Monda química sem glifosatos	DAGEP

AF7	Promoção da biodiversidade em espaços verdes urbanos, públicos e privados - ação/intervenção direta (espaços públicos) e indireta/influência e sensibilização (espaços privados) com preferência a autóctones e espécies adaptadas ao clima mediterrâneo/atlântico a) a quantificar após estudos de levantamento e a partir da 1ª revisão do PMAVFX	O2		4,47	FC.A.8 FC.A.9 FC.B.7 FC.B.8 FC.C.7 FC.E.1 FC.E.2 FC.E.5 FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.12 FC.E.14 FNC.1.9 FNC.3.4 FNC.3.5 FNC.3.10 FNC.3.14 FNC.4.2 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.6.3	P	Estudos de levantamento o de biodiversidade	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	Nº de espécies presentes nos espaços exteriores	DAGEP
AF8	Incentivar as operações de intervenção em áreas urbanas para aumentar as áreas verdes naturalizadas e renaturalizadas a) a quantificar após estudos de levantamento e a partir da 1ª revisão do PMAVFX	O4	O3	3,60	FC.A.8 FC.A.9 FC.B.7 FC.B.8 FC.C.7 FC.E.1 FC.E.2 FC.E.5 FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.12 FC.E.14 FNC.1.9 FNC.3.4 FNC.3.5 FNC.3.10 FNC.3.14 FNC.4.2 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.6.3	P	Levantamento do potencial de renaturalização	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	m2 de espaços renaturalizados	DPGU/DAGEP

AF9	Realizar uma avaliação/atualização da Estrutura Ecológica com vista à delineação de ações de implementação (revisão do PDM, 3ª geração)	O2	O3	3,81	FC.A.8 FC.A.9 FC.B.7 FC.B.8 FC.C.7 FC.E.1 FC.E.2 FC.E.5 FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.12 FC.E.14 FNC.1.9 FNC.3.4 FNC.3.5 FNC.3.10 FNC.3.14 FNC.4.2 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.6.3	P		X		Atualização da carta da estrutura ecológica	DPGU/DAGEP
AF10	Incremento de povoamentos de espécies folhosas e de espécies resistentes à seca e ao fogo em detrimento aos povoamentos de resinosas.	O4	O3	3,75	FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.12 FNC.1.5 FNC.3.14 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.6.3	P	5%	15%	25%	% substituição	SMPC/DPGU
AF11	Recuperação de áreas degradadas e ecossistemas naturais a) a quantificar após estudos de levantamento e a partir da 1ª revisão do PMAVFX	O4	O3	4,13	FC.A.9 FC.B.7 FC.C.7 FC.E.1 FC.E.6 FC.E.8 FC.E.9 FNC.5.5 FNC.6.3	P	Levantamen to	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	Área recuperada	DPGU/DAGEP

AF12	Combate ao aparecimento de espécies exógenas (insetos) e aumento dos seus ciclos de vida provocados pelas ondas de calor, controlo de espécies exóticas e invasoras	O4	O3		4,08	FC.E.8 FC.E.12 FNC.6.3	P	X	X	X	Áreas intervencionadas	Partes interessadas
AF13	Onde seja possível a intervenção do Município, desenvolver ações de salvaguarda dos espaços agrícolas e florestais, que proporcionem os múltiplos bens e serviços que contribuem para o desenvolvimento sustentável do Município (e.g. silvicultura preventiva, fogo controlado, abertura/manutenção de caminhos de circulação, bermas dos caminhos e estradas de gestão municipal, etc.).	O4	O2		4,03	FC.A.9 FC.B.7 FC.C.7 FC.E.8 FNC.1.5 FNC.2.7 FNC.3.14	P	X	X	X	área intervencionada	DOVI/DAGEP
AF14	Monitorizar a recuperação ambiental e funcional do mouchão e das lezírias do Tejo	O4	O2	O3	3,92	FC.A.8 FC.A.9 FC.B.7 FC.B.8 FC.C.7 FNC.3.7 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.6.3	P	X	X	X	Ações de monitorização	DPGU

AF15	Ações de formação e informação dos produtores agropecuários e florestais sobre a culturas mais adequadas às condições edafoclimáticas e às diferentes zonas do Concelho, bem como sobre a necessidade e vantagens da diversidade genética das culturas como forma de resistência natural às pragas e alterações climáticas a) metas a definir com as partes interessadas	O4	O2	O1	3,69	FC.A.8 FC.A.9 FC.B.7 FC.B.8 FC.C.7 FC.E.1 FC.E.2 FC.E.5 FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.12 FC.E.14 FNC.1.9 FNC.3.4 FNC.3.5 FNC.3.10 FNC.3.14 FNC.4.2 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.6.3	P	1	5	10	Nº ações de formação	DAGEP, Tutela e partes interessadas
AF16	Reforço da fiscalização e da sensibilização contra caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas, e abordar tanto a procura quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem a) metas a definir com as partes interessadas	O4	O1		3,48	FNC.6.3	P		Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	nº de ações de fiscalização	ASAE, ICNF, SEPNA-GNR, PSP

AF17	Desenvolver ações, incluindo campanhas de informação e sensibilização, que promovam o controlo da expansão ou a eliminação de espécies invasoras no Concelho, de acordo com o DL92/2019 (data) na sua redação atual, que são uma ameaça grave para a biodiversidade local causando elevados prejuízos ambientais e económicos, em coordenação com o ICNF, outros Municípios da região e outras partes interessadas	O4	O1	O2	3,33	FC.E.8 FC.E.12 FNC.6.3	P	10%	25%	50%	% redução das áreas infestadas	SMPC ICNF DRAg RLVT
AF18	Coordenar com as comunidades avieiras e as autoridades técnicas e policiais campanhas de informação, formação e sensibilização contra a pesca ilegal	O4	O2		3,43	FNC.1.1 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.6.3	P	X	X	X	Campanhas de informação e sensibilização	DF/DCT Polícia Marítima
AF19	Promover com a comunidade avieira, clubes náuticos e proprietários locais de embarcações atividades comerciais turísticas de lazer e ecoturismo no estuário do Tejo	O4			3,09	FNC.2.1 FNC.6.3 FNC.2.6 FNC.2.7 FNC.4.14	P	2	5	10	Ações de promoção	DT/DCT
AF20	Facilitar à comunidade avieira o acesso aos mercados municipais para a venda direta dos produtos do pescado em condições adequadas	O4			3,58	FNC.2.1 FNC.2.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.6.3	P	10%	20%	50%	% venda direta em mercados municipais / venda por intermediários	DAGEP / DAMAI

AF21	Criar uma marca diferenciadora dos produtos do meio rural de Vila Franca de Xira, incluindo produtos turísticos	O4	O1		3,58		C	Criação da marca	Ações de divulgação	Ações de divulgação	Marca regional	DT Partes interessadas
AF22	Alargamento da rede de hortas urbanas implementadas pelo MVFX até 2030, o que irá contribuir para o aproveitamento dos RUB - Resíduos Urbanos Biodegradáveis.	O2	O1	O4	4,21	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.1.9 FNC.2.2	P	Metas do PAPERSU 2020	10%	20%	aumento da área de hortas urbanas / nº hortas urbanas instaladas	DAGEP
AF23	Promover a classificação de espécimens arbóreas de interesse público e manter disponível a sua listagem contendo também informação do estado de conservação atualizada regularmente.	O2			3,38	FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6	C	Identificação de todos os exemplares classificados ou com potencial de classificação	classificação de 50% dos exemplares com potencial; publicação da listagem	classificação de 50% restante dos exemplares com potencial; publicação da listagem	Identificação do nº de exemplares com potencial de classificação / Nº de árvores classificadas / publicação da listagem atualizada regularmente	DAGEP
CLO	Clima											

CL1	Desenvolver e implementar uma estratégia e um plano municipal ou intermunicipal de adaptação às alterações climáticas (EMAAC/PMAAC), transversal aos seguintes setores: agricultura, biodiversidade, recursos hídricos, ordenamento do território, economia, energia, florestas, saúde, segurança, transportes e comunicações, zonas costeiras e estuário do Tejo, incluindo medidas Contingência de Temperaturas Extremas Adversas e a criação de redes locais de monitorização meteorológica	O4	O2	O1	4,27	FC.A FC.B FC.C FC.D FC.E FC.F FNC.1 FNC.2 FNC.3 FNC.4 FNC.5 FNC.6	P	Estudos para a estratégia e plano	Implementação das medidas programadas	Implementação das medidas programadas	Estratégia e Plano implementado	DAGEP/DPGU
CL2	Desenvolvimento de indicadores para monitorização, revisão e prevenção de riscos no âmbito da futura EMAAC/PMAAC	O4	O3		3,80	FC.A FC.B FC.C FC.D FC.E FC.F FNC.1 FNC.2 FNC.3 FNC.4 FNC.5 FNC.6	P		Estudo para o sistema de indicadores e teste de aplicação	Painel de indicadores	Painel de indicadores	DAGEP/DPGU/SMPC/EMRU
CL3	Trabalhos preparatórios do PAESC - Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia: Desenvolver e implementar um sistema de contabilização e monitorização do desempenho energético e emissões de CO2e por tipo de sector consumidor/emissor (transportes, RU, indústria, sector doméstico), desenvolver a matriz energética e elaborar medidas de energia e clima	O4	O3		3,23	FC.A.1 FC.B.1 FC.C.1 FC.D.1 FC.E.1 FC.F.1 FNC.1.1 FNC.2.1 FNC.3.1 FNC.4.1 FNC.5.1 FNC.6.1	P	Estudos para a Matriz Energética e plano estratégico para a energia e clima; a)	Implementação das medidas programadas; a)	Implementação das medidas programadas, Revisão do PAESC; a)	PAESC; redução de emissões de CO2e, aumento da % de substituição por FER; autoprodução FER; Economia de energia e eficiência energética	DAGEP/DPGU/SMPC/EMRU

CL4	Incentivar o uso de cores claras e do branco nos telhados, terraços e paredes orientadas a sul e poente, bem como nos arruamentos (pode contribuir para o arrefecimento dessas superfícies >20°C)	O2	O1	O4	3,43	FC.E.1 FC.E.2 FC.E.4 FC.E.5 FC.E.10 FC.E.15	P	1 área piloto no Concelho, com projeto de monitorização	1 área piloto por freguesia	Implementação em todo o Concelho	1 - concepção/adaptação de espaços com os requisitos adequados; 2 - ações de monitorização e registo de dados, com publicação; 3 - alteração de regulamentos municipais para todas as novas construções ou grandes obras de reabilitação	DPGU/DOVI
CL5	Aplicação do RMEE - Regulamento Municipal de Espaços Exteriores como contributo para sequestro carbono no Concelho	O2	O1	O4	4,42	FC.E.4 FC.E.5 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.13 FC.F.1	P	Estudo de levantamento	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	Estudos realizados; % CO2e sequestrado	DAGEP

CL6	Onde adequado, equipar arruamentos de elevado tráfego pedonal com dispositivos de sombreamento dinâmico (verticais/horizontais) ou telas horizontais de sombreamento estático no verão, dado o longo período de arrefecimento anual, na zona poderão estar instaladas e ser eficazes em mais de metade do ano. Associados aos dispositivos de sombreamento podem ser instalados painéis fotovoltaicos de filme fino para produção de energia para a rede	O2	O1	O4	3,58	FC.E.5 FC.E.6 FC.E.8 FC.E.9 FC.E.14 FC.F.2	P	1000	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	m2 arruamentos intervencionados	EMRU/DOVI
CL7	Reforço das zonas verdes urbanas com plantas autóctones e de baixa manutenção e baixo consumo de água	O2	O1		3,90	FC.E.1 FC.E.2 FC.E.5 FC.E.10 FC.E.15 FNC.1.1 FNC.1.3 FNC.1.5 FNC.1.9 FNC.3.10 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6 FC.E.13 FC.E.14	C	5	5	5	% zonas verdes intervencionadas	DAGEP

CL8	Instalação de pequenos lagos/espelhos de água/aspersores/fontes em espaços exteriores que se mostrem adequados para o efeitos (efeito de refrescamento por evaporação, redução da temperatura local até 10ºC)	O2	O1	3,83	FC.E.1 FC.E.2 FC.E.5 FC.E.10 FC.E.15 FNC.1.1 FNC.1.3 FNC.1.5 FNC.1.9 FNC.3.10 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	C	1000	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	m2 arruamentos intervencionados	DOVI/EMRU	
CL9	Campanhas de informação do público sobre os riscos climáticos e formas de adaptação	O4	O1	3,14	FC.E.1 FC.E.2 FC.E.5 FC.E.10 FC.E.15 FNC.1.1 FNC.1.3 FNC.1.5 FNC.1.9 FNC.3.10 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P	X	X	X	Campanhas de informação e sensibilização	DPGU/DAGEP	
CL10	Publicação online de guias com informação sobre medidas bioclimáticas e estratégias de adaptação em edifícios públicos e privados	O4	O1	O2	4,03	FC.E.1 FC.E.4 FC.E.10 FC.E.15 FC.E.15 FC.F.1 FC.F.2 FC.F.3 FNC.2.6	P	X	X	X	Guias publicados	DPGU

						FNC.4.2 FNC.4.12 FNC.4.12 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.6						
CL11	Assegurar a resiliência do subsistema da frente ribeirinha: Adaptar e planejar o uso do solo na frente ribeirinha em função das projeções climáticas	O4	O3	O2	4,47	FC.B FC.C FNC.1.1 FNC.1.5 FNC.3.2 FNC.6.3 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6	P	X	X	X	Alteração do PDM 3ª geração	EMRU/DPGU
CL12	Preparar o espaço público e o edificado para a presença da água (resultante de precipitação intensa, cheias ou inundações), temporariamente, sem causar danos nem transtornos de maior	O2	O4	O3	4,35	FC.A.2 FC.A.3 FC.A.4 FC.A.6 FC.A.7 FC.A.9 FC.A.10 FC.A.11 FC.A.12 FC.A.13 FC.A.14 FC.A.15 FC.A.16 FC.C.1 FC.C.2 FC.C.3 FC.C.4 FC.C.5 FC.C.6 FC.C.7 FC.C.8 FC.C.9 FC.C.10	P	1	5	10	% dos espaços exteriores adaptados	DPGU/SMPC

CL13	Adequar programas / ações para prevenção atempada das inundações resultantes de fenómenos climáticos extremos	O4	O3	O2	4,47	FC.A	P		Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	Plano Municipal de Proteção Civil	SMPC
CL14	Reforço das cortinas arbóreas de sombreamento a sul e sudoeste de edifícios sempre que possível, com o duplo benefício de sombreamento no verão e combate às ilhas de calor urbano, pela evapotranspiração e sombreamento. As cortinas arbóreas podem também ser dispostas de modo atenuar o vento intenso/rajadas ao nível do solo (redução de temperatura local de 2°C-3°C)	O2			3,88	FC.E.1 FC.E.2 FC.E.5 FC.E.10 FC.E.15 FNC.1.1 FNC.1.3 FNC.1.5 FNC.1.9 FNC.3.10 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6 FC.C.4 FC.C.5 FC.C.6 FC.C.7 FC.C.8 FC.C.9 FC.C.10	P	5	10	15	% áreas exteriores tratadas	DAGEP
OT0	Ordenamento do território, planeamento urbano e paisagem, Zona Estuarina, cidades sustentáveis											
OT1	Incorporar o risco enquanto fator crítico de decisão da classificação e qualificação do solo na 2ª revisão do PDM.	O2	O4	O1	4,59	FC.A.2 FC.A.4 FC.A.6 FC.B.3 FC.B.3 FC.B.4 FC.B.5 FC.B.6 FC.C.3 FC.C.4 FC.C.5 FNC.1.5 FNC.4.6	P		X	X	Alteração do PDM 3ª geração	DPGU

						FNC.4.8 FNC.4.9 FNC.4.10 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6						
OT2	Desenvolver e implementar uma Carta de Conforto Bioclimático	O2	O1	O3	4,08	FC.C.4 FC.C.5 FC.E.1 FC.E.5 FC.E.10 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P		X	X / Integração com outros instrumentos	Criação/implementação da carta de conforto bioclimático	DPGU
OT3	Reforço das Infraestruturas e Corredores Verdes e Renaturalização das Ribeiras; melhorar as condições de funcionamento dos corredores verdes, com destaque para aqueles que integram os sistemas urbanos, incluindo a aplicação de soluções de base ecológica (técnicas de Eng.ª Natural) em taludes de enquadramento viário e linhas de água	O2	O1	O3	4,60	FC.A.2 FC.A.11 FNC.1.5 FNC.3.5 FNC.4.8 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.1.9	P	1000	2000	2000	m (lineares) de novos corredores verdes criados ou intervencionados	DPGU/DAGEP
OT4	Sempre que possível as novas urbanizações próximas do Rio Tejo devem assegurar corredores de ligação em articulação com a Estrutura Ecológica Urbana.	O2	O1	O4	3,90	FC.E.1 FC.E.2 FC.E.5 FC.E.10 FC.E.15 FNC.1.1 FNC.1.3 FNC.1.5 FNC.1.9 FNC.3.10 FNC.4.1 FNC.4.2	P		Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	% áreas exteriores tratadas	DAGEP

						FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6						
OT5	Novos parques urbanos com amplas zonas permeáveis de infiltração de água da chuva ou adaptar os existentes no mesmo sentido	O2	O1	O3	3,86	FC.A.2 FC.A.11 FNC.1.5 FNC.3.5 FNC.4.8 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.1.9	P	10000	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	m2 de novas áreas verdes urbanas promotores da infiltração de água	DOVI/EMRU/DAGEP
OT6	Aplicação do RMEE-Regulamento Municipal de Espaços Exteriores na delimitação de áreas industriais, logísticas e multiuso com áreas verdes, com funções de integração, amenização paisagística e promoção de corredores verdes.	O2	O1		3,23	FC.E.1 FC.E.12 FNC.6.3	P	X	X	X	áreas verdes na delimitação de áreas industriais, logísticas ou multiuso	DPGU/DAGEP

OT7	Reforço da arborização urbana e substituição das árvores velhas e doentes por espécimes mais adequados ao uso urbano, de acordo com o RMEE - Regulamento Municipal de Espaços Exteriores a) a quantificar após estudos de levantamento e a partir da 1ª revisão do PMAVFX; Garantir a permeabilidade do pavimento usado nas caldeiras das árvores urbanas, quando aplicável e que as novas árvores plantadas são autóctones e resilientes ao clima local	O2	O1	O4	4,45	FC.A.2 FC.A.11 FNC.1.5 FNC.3.5 FNC.4.8 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.1.9	P	20	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	% substituição	DAGEP
OT8	Evitar a programação de infraestruturas em leito de cheia que possam ser suscetíveis de degradação e custos económicos derivados da sua afetação em caso de inundação, sem prejuízo da criação de zonas de lazer que não colidam com fenómenos naturais que possam ocorrer	O2	O1	O4	3,84	FC.A.2 FC.A.3 FC.A.4 FC.A.5 FC.A.6 FC.A.7 FC.A.8 FC.A.11 FC.A.13 FC.A.14 FC.A.15 FC.A.16FC.B FC.B.3 FC.B.4 FC.B.5 FC.B.6 FC.B.7 FC.B.10FC.C FNC.1.6 FNC.1.8 FNC.3.2 FNC.3.3 FNC.3.6 FNC.3.9 FNC.4.9 FNC.6.4	P		X	X	Alteração de regulamentos municipais	DPGU

OT9	Sujeitar os projectos de ocupação dos espaços multiusos a estudos de vulnerabilidade e gestão do risco de cheias, sempre que estes espaços estejam localizados em zonas de risco de inundação.	O2	O1	O4	4,22	FC.E.1 FC.E.5 FC.E.10 FNC.1.1 FNC.1.9 FNC.3.5 FNC.3.10 FNC.3.13 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.4.13 FNC.4.12 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6	P		X	X	Desenvolvimento de plano e medidas específicas de implementação	DPGU//EMRU
OT10	Estudo do impacte da projeção de subida do nível médio da água do mar (acima da atual cota do território marginal do Concelho)	O2	O1	O3	3,97	FC.B FC.C FNC.1.7 FNC.3.2 FNC.3.4 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.6.3	P	X			Realização dos estudos	DPGU/SMPC
OT11	Sistemas de proteção costeira como prevenção ao progressivo aumento do nível médio das águas do mar e do estuário do Tejo	O2	O1	O3	4,45	FC.B FC.C FNC.3.2 FNC.4.8 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.6.3	P	Planeamento	X	X	Instalação de estruturas de proteção	DPGU/EMRU/SMPC

OT12	Implementar uma Estratégia e um Plano Municipal de Turismo que aproveite: a dinâmica turística da cidade de Lisboa ; promova o capital natural, proximidade do estuário do Tejo, das lezírias e da RNET- Reserva Natural do Estuário do Tejo e o património cultural do Concelho	O4	O1	O3	3,69	FNC.1.7 FNC.2.6 FNC.3.1 FNC.3.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.6.3	P	X/Y /Estratégia	X/Y / Plano	X/Y /Plano	Nº anual de visitantes /nº anual de turistas / criação da estratégia e plano /implementação	DT
OT13	Assegurar o acompanhamento e a realização de estudos de impacte ambiental ou de incidência ambiental das intervenções turísticas na área do Mouchões e das Lezírias do Tejo	O4	O1	O3	2,96	FC.A.2 FC.A.4 FC.A.6 FC.A.7 FC.A.8 FC.A.9 FC.B.1 FC.B.3 FC.B.5 FC.B.6 FC.B.7 FC.B.8 FC.C.1 FC.C.4 FNC.3.4 FNC.3.5 FNC.3.7 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.6.8	P	X	X	X	Criar equipa especializada	DPGU/DAGEP
OT14	Desenvolver e implementar um programa de promoção da qualidade do património edificado e atividades culturais que constituem uma marca do Concelho	O4	O1	O3	3,69	FNC.1.7 FNC.2.6 FNC.3.1 FNC.3.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.6.3	C	X	X	X	Programa em curso; criação dos instrumentos políticos e financeiros	DPGU/DCT

OT15	Incentivar o desenvolvimento de atividades típicas do meio rural, apostando na afirmação de um leque de especializações rurais diferenciadoras, implementando um sistema de indicadores de monitorização da identidade rural do Concelho.	O4	O1	O3	2,94	FNC.1.7 FNC.1.12 FNC.2.6 FNC.3.8 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P	X	X	X	Programa em curso; criação dos instrumentos políticos e financeiros	DIEI
OT16	Levantamento de todos os obstáculos nos espaços públicos para pessoas com mobilidade reduzida e tanto quando possível, investimento na sua remoção/minimização	O4	O1	O3	3,65	FNC.1.8 FNC.1.9 FNC.4.3 FNC.3.10	P	X	X	X	Levantamento; Intervenção	DII/DAGEP/DOVI
OT17	Melhoria da IP - Iluminação Pública e promover a presença de serviços de restauração, lazer, cultura e outras atrações nos espaços exteriores visando o aumento dos seus períodos de utilização e a percepção de segurança, da qualidade de utilização e a melhoria das respetivas experiências de utilização indicadores e metas a definir na 1ª revisão do PMAVFX	O1	O2	O3	3,80	FC.E.1 FC.E.2 FC.E.5 FC.E.10 FNC.1.7 FNC.1.8 FNC.1.9 FNC.3.10 FNC.4.3 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3	P	Levantamento de necessidades	indicadores e metas a definir na 1ª revisão do PMAVFX	indicadores e metas a definir na 1ª revisão do PMAVFX	indicadores e metas a definir na 1ª revisão do PMAVFX	DOVI/DIT
OT18	Recuperar, até 2030, pelo menos uma praia fluvial no Concelho com condições para uso banear e atividades de lazer	O1	O2	O3	3,60	FNC.3.2 FNC.3.7 FNC.3.3 FNC.3.6 FNC.2.6 FNC.4.14 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.6.3	P		X	X	praia fluvial funcional com boa qualidade ambiental e de utilização	EMRU

OT19	Desenvolver e implementar um sistema de indicadores de monitorização da pressão urbanística em solo rural	O4	O1	O2	3,38	FC.A.2 FC.A.15 FC.A.16 FC.B.5 FC.B.6 FC.B.7 FC.B.8 FC.B.9 FC.B.10 FNC.1.7 FNC.2.6 FNC.3.1 FNC.3.2 FNC.3.4 FNC.3.5 FNC.3.8 FNC.5.3 FNC.6.3 FNC.6.8	P		X	X	Criação de um grupo de trabalho	DPGU
OT20	Monitorizar a execução dos alvarás de loteamento emitidos no âmbito das AUGI-Áreas Urbanas de Génese Ilegal.	O4	O1	O2	3,55	FC.A.3 FC.A.16FC.B FC.B.6 FC.B.7 FC.B.8 FC.B.9 FC.B.10FC.C FNC.1.8FNC. 3 FNC.3.2 FNC.3.3 FNC.3.5 FNC.3.6 FNC.3.9 FNC.5.4 FNC.6.5	P		X	X	Criação de um grupo de trabalho	DPGU
SH0	Saúde Humana											

SH1	Estudos estivais (após o término de cada período) sobre a afluência de utentes nos equipamentos de saúde com sintomas relacionados com as ondas de calor	O4	O3	O1	3,74	FC.E.5 FC.E.15	P	X	X	X	Nº de indivíduos afetados	DHCS
SH2	Sensibilização no âmbito dos sintomas e modo de atuação relativo às ondas de calor	O4	O1	O3	3,35	FC.A FC.B FC.C FC.D FC.E FC.F FNC.1.5	P	a)	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	Ações de sensibilização	SMPC / DHCS
SH3	Informação e sensibilização às entidades interessadas sobre as medidas recomendadas para o controlo de vetores transmissores de doenças	O4	O1	O3	4,13	FC.E.8 FC.E.15 FNC.1.5 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6	P	X	X	X	Nº de ações de informação / Sensibilização	DHCS
SH4	Até 2030, acabar com a fome no Concelho e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano, para o efeito envolvendo os setores produtivos, a distribuição, o comércio e a rede social no fornecimento de refeições, alimentos e soluções às famílias e indivíduos mais carenciados	O4	O1	O3	3,41	FNC.1.9 FNC.2.1 FNC.2.2	C	-50%	-75%	0	Nº de pessoas em situação de fome ou subnutrição	DHCS
SH5	Garantir o acesso, a pessoas em situações vulneráveis, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante o ano	O4	O1	O3	3,14	FNC.1.9 FNC.2.1 FNC.2.3	C	-50%	-75%	0	Nº de pessoas abrangidas pelo programa de cedência cabazes mensais	DHCS

SH6	Regulamento de proteção e saúde animal de animais de companhia e de animais de produção e segurança alimentar	O4	O1	O3	3,31	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.1.3 FNC.1.14	P	2	4	6	União de Freguesia abrangidas	SMVM
SH7	Desenvolver campanhas de sensibilização e criar incentivos que contrariem os níveis de abandono escolar e elevem o nível médio de qualificação escolar como promoção da literacia ambiental e sobre saúde pública	O4	O2	O3	3,64	FNC.1.12 FNC.2.2 FNC.2.3	P		1	2	Campanhas de informação e sensibilização	GIEI AM Emp
GA0	Sistema de Gestão Ambiental e Certificação Ambiental											
GA1	Comunicação da Política Municipal de Ambiente a todas as partes interessadas	O4	O2	O3	4,20	FNC.1.4 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.6	P	X	X	X	nº de médias onde conste a Publicação ou referências à PMA	DCI/DAGEP
GA2	Desenvolvimento e concretização das medidas do Plano Municipal de Ambiente	O1	O2	O3	4,47	FC.A FC.B FC.C FC.D FC.E FC.F FNC.1 FNC.2 FNC.3 FNC.4 FNC.5 FNC.6	P	X	X	X	Criação de comissão de acompanhamento e revisão das medidas do PMA	DAGEP
GA3	Criação de um grupo de trabalho do Plano Municipal de Ambiente, de carácter transversal	O1	O3	O4	4,47	FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P	X			Criação de comissão de acompanhamento e revisão das medidas do PMA	DAGEP

GA4	Mecanismo de auditoria interna do PMA e SGA a) metas a definir para a 1ª revisão do PMAVFX	O3	O1	O2	4,35	FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P		X	X	Criação de uma equipa de auditores internos / Nº de auditorias anuais por departamento abrangido	DAGEP
GA5	Criação e aplicação de um sistema de índices e indicadores de progresso na aplicação das medidas do PMA VFX	O3	O1	O4	4,37	FC.A FC.B FC.C FC.D FC.E FC.F FNC.1 FNC.2 FNC.3 FNC.4 FNC.5 FNC.6	P		X	X	Criação de uma equipa de auditores internos / Nº de auditorias anuais por departamento abrangido	DAGEP
GA6	Comunicar e transferir para os fornecedores cumprimento dos objetivos da Política de Ambiente para os produtos e serviços a fornecer ao Município a) indicadores a definir	O3	O1	O4	4,35	FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.6 FNC.6.1	P				Criação de comissão de acompanhamento e revisão das medidas do PMA	DAGEP
GA7	Proceder até 2025 à 1ª revisão da Política e do Plano Municipal de Ambiente e até 2030 à 2ª revisão da Política e do Plano Municipal de Ambiente	O1	O3		4,35	FC.A FC.B FC.C FC.D FC.E FC.F FNC.1 FNC.2 FNC.3 FNC.4 FNC.5 FNC.6	P		X	X	revisão do PMA	DAGEP
GA8	Criar uma secção na página da CMVFX para os relatórios de sustentabilidade das empresas do Concelho, como exemplo e incentivo à comunicação das matérias dos ODS e da sustentabilidade a todas as partes interessadas	O4	O3		3,21	FNC.1.1 FNC.1.6 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6	P	X	X	X	Criação da secção dedicada na pagina da CMVFX e respetiva manutenção	DCI/DAGEP

GA9	Desenvolver um programa de estágios e formação profissional para técnicos de ambiente na CMVFX, com competências nos ODS e nas medidas de mitigação e adaptação climática	O4	O1	O2	3,88	FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P		X	X	Programa em curso	DRH/DAGEP
GA10	Promover a certificação LiderA+ para os edifícios públicos e escolas sob alçada do Município, bem como facilitar a certificação para os edifícios reabilitados no âmbito das ARU	O1	O4	O3	3,83	FC.A.6 FC.A.15 FC.A.16 FC.B.5 FC.C.4 FC.D.1 FC.E.10 FC.F.2 FNC.1.1 FNC.1.4 FNC.1.5 FNC.2.4 FNC.2.6 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.4.12 FNC.4.13 FNC.4.14 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.6	P	1	2	5	nº de edifícios com Certificação LiderA+	DPGU/EMRU
ECO	Economia Circular											
EC1	Adaptação/implementação das medidas aplicáveis do Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal (RCM n.º 190-A/2017), estimular a reutilização de equipamentos e materiais, estimular os circuitos de fornecimento de cadeia curta	O4	O1	O2	3,71	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.2.2 FNC.4.12 FNC.4.13 FNC.4.14 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3	P	1	1	1	Planos de implementação	Partes interessadas

					FNC.5.4 FNC.5.6						
EC2	Revisão dos Regulamentos de Higiene e Limpeza Urbana (RHLU) e de Espaços Exteriores (RMEE) do Município de Vila Franca de Xira	O1	O2		4,35	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.2.2 FNC.4.12 FNC.4.13 FNC.4.14 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.2.1	P	RMEE 2022	RHLU2025		Revisões do Regulamentos DAGEP
EC3	Eliminação de recipientes descartáveis e de uso único nos serviços, refeitórios municipais e cantinas escolares, com transmissão dessa obrigação aos prestadores de serviços ao Município	O1	O2	O4	3,47	FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.9 FNC.6.10	C	X	-95%	0	Quantidade de resíduos de recipientes descartáveis DRH
EC4	Criação e aplicação de um sistema de índices e indicadores de progresso na aplicação das medidas do Plano Municipal de Ambiente de Vila Franca de Xira	O3			3,37	FC.A FC.B FC.C FC.D FC.E FC.F FNC.1 FNC.2 FNC.3 FNC.4 FNC.5 FNC.6	P	X	X	X	Sistema de índices e indicadores de progresso do PMA DAGEP
CP0	Compras Públicas Sustentáveis										

CP1	Criação do regulamento municipal de compras públicas sustentáveis e de promoção de comércio justo, no seguimento da Política e Plano Municipal de Ambiente e outro normativo aplicável	O1		3,38	FNC.2.2 FNC.2.4 FNC.2.6 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.4.3 FNC.4.4 FNC.4.11 FNC.4.12 FNC.4.13 FNC.4.14 FNC.5.2 FNC.5.6 FNC.6.1	P	X	X	X	Alterações de regulamentos municipais	DGF
CP2	Apoio a iniciativas de comércio justo, incluindo como critério de compras públicas	O2		3,24	FNC.2.2 FNC.2.4 FNC.2.6 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.4.3 FNC.4.4 FNC.4.11 FNC.4.12 FNC.4.13 FNC.4.14 FNC.5.2 FNC.5.6 FNC.6.1	P	X	X	X	Emissão de normativos internos	DGF

CP3	Continuação do programa de manutenção e renovação do equipamento pré-escolar, primeiro e segundo ciclo e para apoio ao desporto escolar, segundo diretivas de arquitetura bioclimática, climatização passiva, energias renováveis, acessibilidade a alunos com mobilidade reduzida e inovação tecnológica a) indicadores e metas a definir na 1ª revisão do PMAVFX	O4	O2	O1	4,03	FC.E.5 FC.E.10 FC.F.2 FNC.2.6 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.4.3 FNC.4.6 FNC.4.8 FNC.4.9 FNC.4.11 FNC.4.13 FNC.4.14 FNC.5.2 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.5.3	C		X	X	a)	DE
ISO	Informação, sensibilização e influência											
IS1	Campanha de informação e sensibilização pública sobre os ODS e sobre o Plano Municipal de Ambiente de Vila Franca de Xira	O4			3,91	FNC.1.1 FNC.1.4 FNC.1.6 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.6	P	X	X	X	Nº de ações de informação e sensibilização	DAGEP/DCI
IS2	Escola Sustentável: programa de ações de informação e sensibilização sobre todos os aspetos da gestão ambiental	O4			3,91	FNC.1.1 FNC.1.4 FNC.1.6 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.6	P	X	X	X	Nº de ações de informação e sensibilização	DAGEP/DE
IS3	Instalação de hotspot internet públicos abertos em todos os edifícios municipais e espaços exteriores.	O2	O4		3,10	FNC.1.3 FNC.1.9 FNC.2.1 FNC.5.6	C	X	X	X	Nº de hotspots abertos em funcionamento	DIT

IS4	Sensibilizar os munícipes para a importância das árvores em geral e para as árvores em espaço urbano, incentivando campanhas anuais de plantação e proteção	O4		3,53	FNC.1.3 FNC.1.9 FNC.2.1 FNC.5.6	P	X	X	X	Nº de ações de informação e sensibilização	DAGEP/DE
LE0	Controlo e law-enforcement										
LE1	Formação do corpo de fiscais municipais nos diversos aspetos do PMA a) metas a definir	O3		4,59	FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P	5	10	10	Nº de fiscais municipais formados e em funções	DAGEP/DPGU/DGAF J

Figura A13.6 Medidas propostas para o Plano Municipal de Ambiente classificadas segundo a prioridade
(as partes de texto escritas a “verde” assinalam as alterações provenientes da análise da fase de consulta pública).

A seguir apresentam-se as 60 medidas que foram avaliadas com maior prioridade (valor maior ou igual a 4), abrangendo várias áreas e em resultado da aplicação do sistema de classificação, apenas como efeito de exemplificação.

Subentende-se que as medidas de classificação menor de prioridade não devem ser descartadas uma vez que avaliações posteriores poderão alterar o seu grau de prioridade, nomeadamente, devido a oportunidades de financiamento, evolução do conhecimento técnico e científico ou alteração da situação de referência, daí o sentido das revisões intercalares do Plano Municipal de Ambiente durante o seu período total de execução, bem como a existência de medidas com indicadores e metas a definir posteriormente.

Cod	PMA VFX Objetivos/Medidas específicas a propor / Ponderador	1º Obj # PA	2º Obj # PA	3º Obj # PA	Prioridade	FC, FNC (A-F#.##)	Feito / em Curso / Pendente	2022	2023 - 2025	2026 - 2030	Progresso / execução	Responsabilidades
RH11	Reforço das infraestruturas e corredores verdes e renaturalização das ribeiras e esteiros, renaturalização de troços de ribeira urbanas, nomeadamente, com intervenções de engenharia natural e em complemento ao RMHLP - Regulamento Municipal de Higiene e Limpeza Pública	02	01	04	4,79	FC.A.1 FC.A.3 FC.A.4 FC.A.6 FC.A.7 FC.A.8 FC.A.9 FC.A.10 FC.A.11 FC.A.13 FC.A.15 FC.A.16 FC.E.1 FC.E.6 FC.E.8 FC.E.12 FC.E.14 FC.E.15 FNC.3.4 FNC.3.5 FNC.6.3	P	10^3	3X10^3	4X10^3	m linear de intervenções de renaturalização	DAGEP/DPGU/DOVI
AF5	Ações de Vigilância e 1.ª intervenção a incêndios florestais adequadas à situação de risco de incêndio no período e Criação de faixas de gestão de combustíveis florestais junto às áreas de interface- urbanas / Rústico /Florestais	02	03	01	4,75	FC.E.6 FC.E.7	P	X	X	X	Nº ações de vigilância, a definir pelo serviço competente conforme a situação de risco	SMPC
OT3	Reforço das Infraestruturas e Corredores Verdes e Renaturalização das Ribeiras; melhorar as condições de funcionamento dos corredores verdes, com destaque para aqueles que integram os sistemas urbanos, incluindo a aplicação de soluções de base ecológica (técnicas de Eng.ª Natural) em taludes de enquadramento viário e linhas de água	02	01	03	4,60	FC.A.2 FC.A.11 FNC.1.5 FNC.3.5 FNC.4.8 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.1.9	P	1000	2000	2000	m (lineares) de novos corredores verdes criados ou intervencionados	DPGU/DAGEP

OT1	Incorporar o risco enquanto fator crítico de decisão da classificação e qualificação do solo na 2ª revisão do PDM.	O2	O4	O1	4,59	FC.A.2 FC.A.4 FC.A.6 FC.B.3 FC.B.3 FC.B.4 FC.B.5 FC.B.6 FC.C.3 FC.C.4 FC.C.5 FNC.1.5 FNC.4.6 FNC.4.8 FNC.4.9 FNC.4.10 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6	P	0	X	X	Alteração do PDM 3ª geração	DPGU
LE1	Formação do corpo de fiscais municipais nos diversos aspetos do PMA a) metas a definir	O3	0	0	4,59	FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P	5	10	10	Nº de fiscais municipais formados e em funções	DAGEP/DPGU/ DGAFJ
CL11	Assegurar a resiliência do subsistema da frente ribeirinha: Adaptar e planear o uso do solo na frente ribeirinha em função das projeções climáticas	O4	O3	O2	4,47	FC.B FC.C FNC.1.1 FNC.1.5 FNC.3.2 FNC.6.3 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6	P	X	X	X	Alteração do PDM 3ª geração	EMRU/DPGU
AF7	Promoção da biodiversidade em espaços verdes urbanos, públicos e privados - ação/intervenção direta (espaços públicos) e indireta/influência e sensibilização (espaços privados) com preferência a autóctones e espécies adaptadas ao clima mediterrâneo/atlântico a) a quantificar após estudos de levantamento e a partir da 1ª revisão do PMAVFX	O2	0	0	4,47	FC.A.8 FC.A.9 FC.B.7 FC.B.8 FC.C.7 FC.E.1 FC.E.2 FC.E.5 FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.12 FC.E.14 FNC.1.9 FNC.3.4 FNC.3.5 FNC.3.10 FNC.3.14 FNC.4.2 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.6.3	P	Estudos de levantamento de biodiversidade	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	Nº de espécies presentes nos espaços exteriores	DAGEP

CL13	Adequar programas / ações para prevenção atempada das inundações resultantes de fenómenos climáticos extremos	O4	O3	O2	4,47	FC.A	P	0	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	Plano Municipal de Proteção Civil	SMPC
GA2	Desenvolvimento e concretização das medidas do Plano Municipal de Ambiente	O1	O2	O3	4,47	FC.A FC.B FC.C FC.D FC.E FC.F FNC.1 FNC.2 FNC.3 FNC.4 FNC.5 FNC.6	P	X	X	X	Criação de comissão de acompanhamento e revisão das medidas do PMA	DAGEP
GA3	Criação de um grupo de trabalho do Plano Municipal de Ambiente, de carácter transversal	O1	O3	O4	4,47	FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P	X	0	0	Criação de comissão de acompanhamento e revisão das medidas do PMA	DAGEP
OT11	Sistemas de proteção costeira como prevenção ao progressivo aumento do nível médio das águas do mar e do estuário do Tejo	O2	O1	O3	4,45	FC.B FC.C FNC.3.2 FNC.4.8 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.6.3	P	Planeamento	X	X	Instalação de estruturas de proteção	DPGU/EMRU/S MPC
OT7	Reforço da arborização urbana e substituição das árvores velhas e doentes por espécimes mais adequados ao uso urbano, de acordo com o RMEE - Regulamento Municipal de Espaços Exteriores a) a quantificar após estudos de levantamento e a partir da 1ª revisão do PMAVFX; Garantir a permeabilidade do pavimento usado nas caldeiras das árvores urbanas, quando aplicável e que as novas árvores plantadas são autóctones e resilientes ao clima local	O2	O1	O4	4,45	FC.A.2 FC.A.11 FNC.1.5 FNC.3.5 FNC.4.8 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.1.9	P	20	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	% substituição	DAGEP
TM9	Reforçar a instalação de semáforos de controlo de velocidade e de proteção do atravessamento por peões	O2	O4	O1	4,43	FNC.3.9 FNC.3.10 FNC.3.12	P	0,05	0,07	0,1	% de vias urbanas com instalação destes dispositivos	EMRU / DOVI

CL5	Aplicação do RMEE - Regulamento Municipal de Espaços Exteriores como contributo para sequestro carbono no Concelho	O2	O1	O4	4,42	FC.E.4 FC.E.5 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.13 FC.F.1	P	Estudo de levantamento	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	Estudos realizados; % CO2e sequestrado	DAGEP
TM10	Aumentar o número de vias pedonais no interior das localidades, em particular nos núcleos históricos. Incluir essa medida nos novos planos de pormenor ou urbanização	O2	O4	O1	4,41	FC.E.1 FC.E.3 FNC.1.1 FNC.2.4 FNC.3.9 FNC.3.10 FNC.3.12 FNC.5.3 FNC.5.6 FNC.3.13 FNC.1.9	P	0,05	0,07	0,1	% de vias urbanas pedonalizadas; m de vias pedonais em novas urbanizações	DOVI/DPGU/EMRU
AF3	Fiscalização municipal e atuação preventiva/coerciva no cumprimento das faixas de gestão de fogo, em particular junto aos perímetros urbanos	O2	O1	0	4,40	FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.12 FNC.1.2 FNC.3.14 FNC.4.5 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P	X	X	X	Ações de fiscalização nos espaços florestais do Concelho	SMPC/DAGEP
TM8	Reforçar a instalação de bandas sonoras, lombas redutoras de velocidade, passadeiras elevadas em todas as localidades do Concelho, como medidas de "traffic calming", redução de velocidade pontual na circulação viária e reforço da segurança dos peões	O2	O4	O1	4,38	FNC.3.9 FNC.3.10 FNC.3.12	P	0,05	0,1	0,15	% de vias urbanas com instalação destes dispositivos	DEI EMRU
GA5	Criação e aplicação de um sistema de índices e indicadores de progresso na aplicação das medidas do PMA VFX	O3	O1	O4	4,37	FC.A FC.B FC.C FC.D FC.E FC.F FNC.1 FNC.2 FNC.3 FNC.4 FNC.5 FNC.6	P	0	X	X	Criação de uma equipa de auditores internos / Nº de auditorias anuais por departamento abrangido	DAGEP

TM7	Desenvolver um plano de gestão de tráfego orientado para a mobilidade sustentável do Concelho, considerando, por exemplo, a introdução de taxas de circulação a veículos pesados nas rodovias mais críticas do ponto de vista da qualidade do ar e do ruído	O2	O4	O1	4,36	FC.E.3 FNC.4.4 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.3.13 FNC.3.12 FNC.3.9 FNC.3.10 FNC.3.11	P	0	X	X	Criação do plano municipal de gestão de tráfego	DPGU
EI12	Substituição progressiva de veículos a combustíveis fósseis por outros com motorização mais eficiente inclusive por veículos híbridos e elétricos na frota municipal	O2	O1	O4	4,36	FC.E.1 FC.E.3 FC.E.5 FC.E.15 FNC.2.4 FNC.4.4	P	0,05	0,4	1	% veículos substituídos	DOVI
AF1	Criação de um banco de recursos genéticos e de sementes da região, integrando os agricultores locais, a Companhia das Lezírias, a Academia e outras partes interessadas, para a salvaguarda de espécies de cultivo, troca de sementes, recuperação de estratos arbóreos, arbustivos e substratos, para efeitos de manutenção da biodiversidade genética das culturas e em caso de recuperação de grandes incêndios ou eventos climáticos extremos	O4	O2	O1	4,35	FC.A.8 FC.B.7 FC.B.8 FC.C.7 FC.E.11 FC.E.12 FC.F.3 FNC.2.7 FNC.6.3 FNC.6.7	P	Lançamento do projeto, protocolo entre as partes interessadas	Instalação e início da recolha e do mercado de troca	Continuação da operação, expansão a Concelhos vizinhos	Banco de sementes funcional	Partes interessadas

SG5	Desenvolver um programa de simulações e resposta a situações de risco mais provável em grupos da população residente, com a coordenação da proteção civil e das autoridades, precedida de campanhas de informação e sensibilização sobre os riscos naturais e tecnológicos que cada comunidade estará mais vulnerável e quais as respostas mais adequadas	O4	O2	O3	4,35	FC.A.2 FC.A.3 FC.A.4 FC.A.5 FC.B.2 FC.B.3 FC.B.5 FC.C.2 FC.C.3 FC.C.4 FC.E.3 FC.E.4 FC.E.6 FC.E.7 FNC.1.2 FNC.1.10 FNC.3.2 FNC.4.8 FNC.5 FNC.1.7	P	10	15	20	Número anual de ações de simulação com grupos-alvo específicos da população	SMPC
CL12	Preparar o espaço público e o edificado para a presença da água (resultante de precipitação intensa, cheias ou inundações), temporariamente, sem causar danos nem transtornos de maior	O2	O4	O3	4,35	FC.A.2 FC.A.3 FC.A.4 FC.A.6 FC.A.7 FC.A.9 FC.A.10 FC.A.11 FC.A.12 FC.A.13 FC.A.14 FC.A.15 FC.A.16 FC.C.1 FC.C.2 FC.C.3 FC.C.4 FC.C.5 FC.C.6 FC.C.7 FC.C.8 FC.C.9 FC.C.10	P	1	5	10	% dos espaços exteriores adaptados	DPGU/SMPC
EC2	Revisão dos Regulamentos de Higiene e Limpeza Urbana (RHLU) e de Espaços Exteriores (RMEE) do Município de Vila Franca de Xira	O1	O2	0	4,35	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.2.2 FNC.4.12 FNC.4.13 FNC.4.14 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.2.1	P	RMEE 2022	RHLU2025	0	Revisões do Regulamentos	DAGEP
GA4	Mecanismo de auditoria interna do PMA e SGA a) metas a definir para a 1ª revisão do PMAVFX	O3	O1	O2	4,35	FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P	0	X	X	Criação de uma equipa de auditores internos / Nº de auditorias anuais por departamento	DAGEP

											abrangido	
GA6	Comunicar e transferir para os fornecedores cumprimento dos objetivos da Política de Ambiente para os produtos e serviços a fornecer ao Município a) indicadores a definir	O3	O1	O4	4,35	FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.6 FNC.6.1	P	0	0	0	Criação de comissão de acompanhamento e revisão das medidas do PMA	DAGEP
GA7	Proceder até 2025 à 1ª revisão da Política e do Plano Municipal de Ambiente e até 2030 à 2ª revisão da Política e do Plano Municipal de Ambiente	O1	O3	0	4,35	FC.A FC.B FC.C FC.D FC.E FC.F FNC.1 FNC.2 FNC.3 FNC.4 FNC.5 FNC.6	P	0	X	X	revisão do PMA	DAGEP
TM2	Instalação de postos públicos de carregamento de viaturas elétricas em todas as cidades do Concelho, em particular nos parques de estacionamento junto a terminais intermodais, centralidades urbanas e zonas de lazer	O2	O4	0	4,34	FNC.1.1 FNC.2.4 FNC.4.4 FNC.4.14	P	5	20	40	Nº de postos públicos de carregamento instalados	EMRU/DEI
AF4	Criação de faixas de gestão de combustíveis florestais junto às áreas de interface- urbanas / Rústico /Florestais	O2	O1	0	4,32	FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.12 FNC.1.2 FNC.3.14 FNC.4.5 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	C	0,3	0,7	1	% interface com medida aplicada	SMPC/DAGEP
RH26	Criar comissões de acompanhamento ambiental dos recursos hídricos no Concelho integrando as principais partes interessadas (ONGA, Associac. Regantes, Comp. Lezírias, APA - Agência Portuguesa do Ambiente, propriet. agrícolas...) , à semelhança da CAA CPA CIMPOR - Comissão de Acompanhamento Ambiental do Centro de Produção de Alhandra da CIMPOR	O4	O3	O2	4,30	FC.A.2 FC.A.4 FC.A.6 FC.A.7 FC.A.8 FC.A.9 FC.A.11 FC.B.1 FC.B.3 FC.B.7 FC.B.8 FC.C.1 FC.C.3 FC.C.7 FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.9 FC.E.11 FC.E.12 FC.E.14 FNC.1.7 FNC.3.1 FNC.3.2	P	0	X	X	Nova comissão e seu funcionamento	DAGEP/SMAS

						FNC.3.5 FNC.3.7 FNC.4.10 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.1 FNC.6.2 FNC.6.3 FNC.6.6 FNC.6.7						
RU8	Plano de renovação da frota de recolha de RU - Resíduos Urbanos	O2	O1	O3	4,28	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.2.2	P	Metas do PAPERSU 2020	Metas do PAPERSU 20XX	Metas do PAPERSU 20XX	Nº de viaturas substituídas; valor de investimento	DAGEP
SG3	Estabelecimento de faixas <i>non aedificandi</i> na envolvente das estradas municipais, funcionando como áreas de infiltração, corredores ecológicos e proteção contra riscos geológicos sobre a rede viária	O2	O4	O1	4,28	FC.A.2 FC.A.3 FC.A.10 FC.A.9 FC.A.11 FC.B.2 FC.C.1 FC.C.7 FC.C.8 FC.E.6 FC.E.7 FC.E.12 FC.E.14 FNC.3.5 FNC.4.8 FNC.4.9 FNC.5.2 FNC.5.3	P	0	X	X	Inclusão na revisão do PDM VFX	DPGU/DPGU
CL1	Desenvolver e implementar uma estratégia e um plano municipal ou intermunicipal de adaptação às alterações climáticas (EMAAC/PMAAC), transversal aos seguintes setores: agricultura, biodiversidade, recursos hídricos, ordenamento do território, economia, energia, florestas, saúde, segurança, transportes e comunicações, zonas costeiras e estuário do Tejo, incluindo medidas de contingência de temperaturas extremas adversas e a criação de redes locais de monitorização meteorológica	O4	O2	O1	4,27	FC.A FC.B FC.C FC.D FC.E FC.F FNC.1 FNC.2 FNC.3 FNC.4 FNC.5 FNC.6	P	Estudos para a estratégia e plano	Implementação das medidas programadas	Implementação das medidas programadas	Estratégia e Plano implementado	DAGEP/DPGU

OT9	Sujeitar os projetos de ocupação dos espaços multiusos a estudos de vulnerabilidade e gestão do risco de cheias, sempre que estes espaços estejam localizados em zonas de risco de inundação.	O2	O1	O4	4,22	FC.E.1 FC.E.5 FC.E.10 FNC.1.1 FNC.1.9 FNC.3.5 FNC.3.10 FNC.3.13 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.4.13 FNC.4.12 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6	P	0	X	X	Desenvolvimento de plano e medidas específicas de implementação	DPGU//EMRU
AF22	Alargamento da rede de hortas urbanas implementadas pelo MVFX até 2030, o que irá contribuir para o aproveitamento dos RUB - Resíduos Urbanos Biodegradáveis.	O2	O1	O4	4,21	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.1.9 FNC.2.2	P	Metas do PAPERSU 2020	0,1	0,2	aumento da área de hortas urbanas / nº hortas urbanas instaladas	DAGEP
GA1	Comunicação da Política Municipal de Ambiente a todas as partes interessadas	O4	O2	O3	4,20	FNC.1.4 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.6	P	X	X	X	nº de médias onde conste a Publicação ou referências à PMA	DCI/DAGEP
EI11	Nas novas urbanizações e em intervenções nos espaços consolidados, nomeadamente no espaço público, devem ser promovidas medidas de proteção da população à exposição solar excessiva.	O4	O1	O2	4,18	FC.E.1 FC.E.5 FC.E.2 FC.E.10 FC.E.10 FC.E.15 FC.F.3	P	0	X	X	Alteração de regulamentos municipais	DAGEP/DPGU
AF11	Recuperação de áreas degradadas e ecossistemas naturais a) a quantificar após estudos de levantamento e a partir da 1ª revisão do PMAVFX	O4	O3	0	4,13	FC.A.9 FC.B.7 FC.C.7 FC.E.1 FC.E.6 FC.E.8 FC.E.9 FNC.5.5 FNC.6.3	P	Levantamento	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	Área recuperada	DPGU/DAGEP

SH3	Informação e sensibilização às entidades interessadas sobre as medidas recomendadas para o controlo de vetores transmissores de doenças	O4	O1	O3	4,13	FC.E.8 FC.E.15 FNC.1.5 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6	P	X	X	X	Nº de ações de informação / Sensibilização	DHCS
RU6	Implementação de sistemas de georreferenciação, gestão de frota e a introdução de sensores de medição da volumetria dos RU-Resíduos Urbanos depositados.	O2	O1	O3	4,09	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7	P	80	95	100	% de equipamentos cobertos	DHPAC
AF12	Combate ao aparecimento de espécies exógenas (insetos) e aumento dos seus ciclos de vida provocados pelas ondas de calor, controlo de espécies exóticas e invasoras	O4	O3	0	4,08	FC.E.8 FC.E.12 FNC.6.3	P	X	X	X	Áreas intervencionadas	Partes interessadas
OT2	Desenvolver e implementar uma Carta de Conforto Bioclimático	O2	O1	O3	4,08	FC.C.4 FC.C.5 FC.E.1 FC.E.5 FC.E.10 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P	0	X	X / Integração com outros instrumentos	Criação/implementação da carta de conforto bioclimático	DPGU
SG6	Monitorizar a recuperação ambiental e funcional dos mouchões e das lezírias do Tejo	O4	O2	O3	4,06	FC.B.1 FC.B.7 FC.C.1 FNC.3.7 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7	P	>1	>2	>3	número de Ações de seguimento ou interações com entidades com tutela	DAGEP
TM6	Incentivar modos suaves de mobilidade nas deslocações de curta duração, através de instalação de ciclovias urbanas e dando seguimento à Estratégia Nacional para a Mobilidade Ciclável 2020-2030	O2	O4	0	4,06	FC.E.3 FNC.1.1 FNC.2.4 FNC.4.4 FNC.5.1 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.3.13 FNC.1.9	P	20	30	40	% transferência modal do TI para modos suaves mobilidade em curta distância	EMRU/DEI/DPGU/DAGEP

RU5	Desenvolvimento de um projeto-piloto para promoção de compostagem doméstica, privilegiando as moradias unifamiliares dotadas de terreno, através da distribuição de um kit de compostagem (compostores, mini-baldes de bancada para separação de restos de comida, manual de informações básicas sobre compostagem).	O2	O1	O4	4,06	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.2.2	P	100	200	300	Nº de kits de compostagem instalados	DHPAC
RU7	Renovação de equipamentos para deposição de resíduos seletivos, preferencialmente através da instalação de equipamentos enterrados, com vista a assegurar uma maior capacidade instalada de deposição face aos alojamentos existentes, salvaguardando questões de higiene e saúde, exposição solar e enquadramento paisagístico destes equipamentos na malha urbana.	O2	O4	O1	4,04	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.2.2	P	2 M€	2 M€	2 M€	Valor de investimento, nº de equipamentos renovados com maior capacidade	DHPAC
CP3	Continuação do programa de manutenção e renovação do equipamento pré-escolar, primeiro e segundo ciclo e para apoio ao desporto escolar, segundo diretivas de arquitetura bioclimática, climatização passiva, energias renováveis, acessibilidade a alunos com mobilidade reduzida e inovação tecnológica a) indicadores e metas a definir na 1ª revisão do PMAVFX	O4	O2	O1	4,03	FC.E.5 FC.E.10 FC.F.2 FNC.2.6 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.4.3 FNC.4.6 FNC.4.8 FNC.4.9 FNC.4.11 FNC.4.13 FNC.4.14 FNC.5.2 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.5.3	C	0	X	X	a)	DE

AF13	Onde seja possível a intervenção do Município, desenvolver ações de salvaguarda dos espaços agrícolas e florestais, que proporcionem os múltiplos bens e serviços que contribuem para o desenvolvimento sustentável do Município (e.g. silvicultura preventiva, fogo controlado, abertura/manutenção de caminhos de circulação, bermas dos caminhos e estradas de gestão municipal, etc.).	O4	O2	0	4,03	FC.A.9 FC.B.7 FC.C.7 FC.E.8 FNC.1.5 FNC.2.7 FNC.3.14	P	X	X	X	área intervencionada	DOVI/DAGEP
CL10	Publicação online de guias com informação sobre medidas bioclimáticas e estratégias de adaptação em edifícios públicos e privados	O4	O1	O2	4,03	FC.E.1 FC.E.4 FC.E.10 FC.E.15 FC.E.15 FC.F.1 FC.F.2 FC.F.3 FNC.2.6 FNC.4.2 FNC.4.12 FNC.4.12 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.6	P	X	X	X	Guias publicados	DPGU
SG4	Criar sistema autónomo de comunicações de emergência em resposta a acidentes naturais ou tecnológicos	O4	O3	O1	4,02	FC.A.1 FC.A.2 FC.A.3 FC.A.4 FC.B.1 FC.B.2 FC.B.3 FC.C.1 FC.C.2 FC.C.3 FC.E.1 FC.E.3 FC.E.5 FC.E.6 FC.F.3 FNC.1.1 FNC.1.7 FNC.3.1 FNC.4.6 FNC.4.10 FNC.1.5	P	Estudos preliminares, levantamento de necessidades, caderno de encargos e início do processo concursal	Processo concursal e implementação	Sistema funcional	Sistema funcional	SMPC

RH21	Instalação, aproveitando os troços canalizados de rios e ribeiras urbanos, especialmente os que se manifestaram críticos no passado com eventos de inundação rápida, de caudalímetros com sensores para deteção precoce de caudais ou altura de água perigosos com potencial de provocar cheias e inundações rápidas e aviso automático em central dedicada	O2	O1	O3	4,00	FC.A.1 FC.A.2 FC.A.5 FC.A.3 FC.A.4 FC.A.6 FC.A.7 FC.A.8 FC.A.10 FC.A.11 FC.A.15 FC.A.16	P	0,5	0,7	1	% rios e ribeiras críticos	DOVI/SMAS
OT10	Estudo do impacte da projeção de subida do nível médio da água do mar (acima da atual cota do território marginal do Concelho)	O2	O1	O3	3,97	FC.B FC.C FNC.1.7 FNC.3.2 FNC.3.4 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.6.3	P	X	0	0	Realização dos estudos	DPGU/SMPC
EI10	Reabilitação energética da envolvente opaca e da fenestração dos edifícios municipais em obras que ultrapassem mais de 25% do valor patrimonial dos imóveis	O2	O1	O3	3,97	FC.E.10 FC.E.15 FC.F.2 FC.F.3 FNC.1.1 FNC.1.5 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.5.1 FNC.5.2	P	0	100	100	% edifícios ou espaços municipais com grandes obras de reabilitação cobertos	DEI EMRU
AF14	Monitorizar a recuperação ambiental e funcional do mouchão e das lezírias do Tejo	O4	O2	O3	3,92	FC.A.8 FC.A.9 FC.B.7 FC.B.8 FC.C.7 FNC.3.7 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.6.3	P	X	X	X	Ações de monitorização	DPGU

RH20	Implementação de sistemas separativos de águas pluviais e residuais - continuação dos processos em cursos e para todas as novas urbanizações e instalações industriais	O2	O1	0	3,91	FC.A.5	C	0,9	0,95	1	% cobertura da rede de drenagem existente ou da nova com redes separativas pluviais/ domésticas	SMAS
IS1	Campanha de informação e sensibilização pública sobre os ODS e sobre o Plano Municipal de Ambiente de Vila Franca de Xira	O4	0	0	3,91	FNC.1.1 FNC.1.4 FNC.1.6 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.6	P	X	X	X	Nº de ações de informação e sensibilização	DAGEP/DCI
IS2	Escola Sustentável: programa de ações de informação e sensibilização sobre todos os aspetos da gestão ambiental	O4	0	0	3,91	FNC.1.1 FNC.1.4 FNC.1.6 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.6	P	X	X	X	Nº de ações de informação e sensibilização	DAGEP/DE
RH19	Apoiar a expansão de indústrias de biotecnologia à base de microalgas marinhas em complemento à recuperação dos planos de água das antigas salinas de Verdelha-Forte da Casa e/ou da recuperação do mouchão da Póvoa através de sistemas de facilitação (pré-licenciamento, redução da carga burocrática, diferimento ou isenção temporária/parcial da aplicação de taxas municipais, derrama e IMI e IMT)	O4	O2	O1	3,90	FC.B.1 FNC.3.7	C	0,05	0,1	0,15	Variação= ((Area novas explorações- área atual de explorações) / área atual de explorações)*100	DPGU / GIEI
CL7	Reforço das zonas verdes urbanas com plantas autóctones e de baixa manutenção e baixo consumo de água	O2	O1	0	3,90	FC.E.1 FC.E.2 FC.E.5 FC.E.10 FC.E.15 FNC.1.1 FNC.1.3 FNC.1.5 FNC.1.9 FNC.3.10 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.5.1	C	5	5	5	% zonas verdes intervencionadas	DAGEP

						FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6 FC.E.13 FC.E.14						
OT4	Sempre que possível as novas urbanizações próximas do Rio Tejo devem assegurar corredores de ligação em articulação com a Estrutura Ecológica Urbana.	O2	O1	O4	3,90	FC.E.1 FC.E.2 FC.E.5 FC.E.10 FC.E.15 FNC.1.1 FNC.1.3 FNC.1.5 FNC.1.9 FNC.3.10 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P	0	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	% áreas exteriores tratadas	DAGEP

Figura A13.7 Medidas propostas para o Plano Municipal de Ambiente classificadas, seleccionadas e ordenadas com a maior prioridade (superior ou igual a 3,9) (as partes de texto escritas a “verde” assinalam as alterações provenientes da análise da fase de consulta pública).